

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE OUTUBRO DE 2014

NÚMERO 6.743

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Daniel Tozzo
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Ciro Roza
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Daniel Tozzo
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Daniel Tozzo
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Ciro Roza
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 40 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 078ª Sessão Ordinária realizada em 17/07/2014.....2 Ata da 079ª Sessão Ordinária realizada em 05/08/2014.....7 Ata da 080ª Sessão Ordinária realizada em 06/08/2014.....15</p> <p>Publicações Diversas Avisos de Resultado 18 Ofícios 18 Portarias.....19 Projetos de Lei24 Projeto de Lei Complementar40</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Esta Presidência comunica que está sobre a mesa, srs. deputados, o ato da Mesa de n. 040/2014.

(Passa a ler.)

"A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto do art. 53, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Dirce Aparecida Heiderscheidt, 3ª Suplente da coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de deputada neste Poder, em decorrência da renúncia do deputado Dado Cherem, nomeado para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente"[sic]

A deputada já tem prestado juramento nesta Casa e, portanto, está devidamente empossada.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Com certeza, v.exa. falará sobre a pesquisa da data de hoje.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, sr. presidente, mas não irei falar sobre isso.

Gostaria de cumprimentar v.exa., sr. presidente, os demais pares deputados, as servidoras e os servidores deste Poder, as

pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e fazer uma saudação especial ao nosso amigo e companheiro, ex-deputado Afrânio Boppré, que nos visita nesta manhã.

De fato, deputado Padre Pedro Baldissera, este assunto merecia comentário, mas é melhor que não se faça, porque a história e os fatos, em 80 dias, falarão por si.

Então, vamos deixar assim, até porque já conhecemos essas práticas de muitas outras eleições, contra muitas outras lideranças políticas legítimas deste estado. E eram sempre em desfavor da esquerda. Acertam sempre em favor dos candidatos oficiais ou dos candidatos da direita. É lamentável, mas é um fato.

Mas nós viemos aqui para continuar o nosso trabalho legislativo e um debate que temos feito desde a semana passada sobre segurança pública ou a falta dela.

Fazia aqui uma reflexão acerca de dois paradigmas existentes na sociedade brasileira. Na minha avaliação, todos os dois são incorretos: o paradigma conservador e aparentemente fácil, que diz que bandido bom é bandido morto. Está errado, está em contraposição à legislação nacional, inclusive

em contraposição à legislação internacional dos países que aceitam a Carta das Nações Unidas do Direito da Pessoa Humana.

Por outro lado, a tese que talvez possa ser identificada como de esquerda, eu não acho que seja necessariamente de esquerda, até porque sou de esquerda, considero-me assim, e não concordo com ela, de que bandido bom é bandido solto. Não nessas palavras, mas o discurso de que por ser uma vítima da sociedade, nós, o estado e a sociedade precisam sempre dar mais uma chance, enquanto ele continua perpetrando malefícios à sociedade.

Então, não concordo com esta tese também. Aliás, não concordo com outras teses que têm sido difundidas e que parecem oportunas para quem está governando ou para quem tem atribuição de ação na área da segurança pública. É a tese de que nós queremos, estamos aí, mas a lei não deixa. Não é verdade!

No Brasil existe lei para prender e lei para soltar. Basta a autoridade pegar uma ou outra. Claro que estou falando grosso modo, e até simplificando um pouco. O fato é este: existe lei para soltar. Mas existe lei para prender também! E o estado sabe ser duro, sabe ser eficiente, sabe ser forte, sabe usar a força quando define politicamente que vai aplastar algum movimento de contestação popular.

Ou seja, o estado é competente, duro, eficaz, robusto, enorme para combater as organizações das classes trabalhadoras que lutam por seus direitos e é incapaz de defender a sociedade da criminalidade comum, do menino viciado em drogas que para consumi-las precisa cometer um assalto a cada dia.

Enfim, o estado que é capaz de combater as organizações populares quando elas reivindicam reforma agrária, reforma urbana, transporte coletivo de melhor qualidade, mais barato, de preferência público, que é forte, é robusto, tem gente, tem efetivos para combater, não consegue combater os meninos que, por serem viciados em maconha, crack e cocaína, perpetram assaltos aos pequenos estabelecimentos comerciais desta cidade e de todas as cidades do país, todos os dias, às dezenas. E aí justifica que é falta de legislação! Não é! Porque se há legislação para interdito proibitório contra as lideranças populares, e já houve nesta cidade, não pode extirpar o cidadão, não pode chegar a menos de 300m do terminal urbano do centro de Florianópolis!

Já houve, nesta cidade, interdito dessa natureza. E as instituições estavam disponíveis, prontas para atuar e garantir que esse interdito fosse cumprido.

Este estado não pode dizer que é incapaz de evitar, coibir ou de prevenir contra o menino de 12 anos, de 13 anos ou de 15 anos que rouba o mercadinho da esquina no seu bairro para comprar droga ou um tênis da moda.

Existe, na minha forma de ver, uma omissão dos poderes públicos em geral. E não se trata de dizer que é da Polícia Militar, que é da Polícia Civil, porque lá falta estrutura e não concordo com a tese de que falta legislação, porque, inclusive, existe lei no Brasil que diz que esse menino deve ser recolhido, internado, se ele estiver traficando, roubando e matando.

O fato é que o estado não garante a estrutura mínima necessária e adequada para que se possa cumprir essas medidas corretivas. E há alguns anos, neste estado de Santa Catarina - que se orgulha tanto do seu desenvolvimento, que, em relação aos outros estados brasileiros, de fato é mais desenvolvido, -, não havia nenhuma vaga para internação de adolescente em conflito com a lei. Aqui na Grande Florianópolis, nenhuma! E ainda há pouquíssimas, ínfimas e insuficientes.

Ou seja, colocar a culpa na ausência de lei, pegar como panaceia a necessidade de mudar e endurecer a lei, não é solução. Redução da maioridade penal é panaceia, é discurso demagógico para dizer que é assim que se resolve o problema e continuar garantindo que os governos, especialmente os estaduais, que são responsáveis pela segurança, continuem não investindo o suficiente em segurança pública, educação, saúde e assistência social e assistência técnica na pequena agricultura.

Faz duas décadas e meia que o estado abandonou o serviço público e que continua nos discursos oficiais, nos discursos dos grandes meios de comunicação - e de muitos chamados especialistas em segurança, em serviço público, em estado, em sociedade e em economia, daqueles que mais se dá espaço para que fale, porque há muita gente que pensa diferente, mas não ganha um espaço para falar -, que tem que sucatear o serviço público.

Agora a sociedade está pagando por aquilo que os governantes fizeram - e a maioria são os que continuam governando - e tem feito há duas décadas e meia, que é restringir os recursos para o serviço público em detrimento de muitos, e cada vez mais, recursos para favorecer empreiteiras, banqueiros e o agronegócio. Apenas monopólios, em prejuízo da sociedade, quero repetir.

Nós já dizíamos e sabíamos, há duas décadas e meia, que a situação que estava piorando ia ficar muito pior, como ficou. Se não reverterem esse quadro, se não pararem de dar dinheiro para picareta, sanguessuga, banqueiro, empreiteira fajuta que financia a campanha eleitoral bilionária, e não investirem esses recursos nos serviços públicos essenciais, infelizmente vamos continuar vendo o aprofundamento da barbárie. E aí não adianta colocar a culpa na lei, na polícia ou sei lá em quem. Os poderes em geral estão-se omitindo da sua tarefa principal, que é defender a sociedade, a população. O estado e os poderes têm-se omitido na sua tarefa essencial, que justifica a sua existência, que é defender e proteger a sociedade.

Esta é a verdade e este é o fato. Ficar procurando panaceia, discurso fácil e demagógico não vai resolver. É preciso investir mais nos serviços essenciais e, inclusive, em segurança pública, infelizmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje diz respeito à saúde pública no Brasil.

Há algumas semanas usei desta tribuna e fiz colocações a respeito da emoção que tomava conta do Brasil em função do campeonato mundial de futebol. E naquela oportunidade eu disse nesta mesma tribuna que, passada a emoção, o Brasil cairia na razão. E isso não demorou muito para acontecer, até porque pela razão era perceptível que a nossa seleção dificilmente chegaria à final, e jamais alguém imaginaria também que poderia levar aquela derrota acachapante.

Mas fiz uma referência exatamente para tocar em alguns assuntos que não podem ser esquecidos de pauta da nossa sociedade brasileira, bem como de nossos governantes. E eu tenho insistido na questão da saúde pública no Brasil, no que diz respeito ao custeio.

A situação está cada vez mais crítica em função de que desde 2000 o governo central - e aqui não estou me referindo apenas a um governo, mas estou falando que isso vem acontecendo desde 2000, e já passaram alguns presidentes e presidenta - não faz a reposição da inflação na tabela SUS.

O que é a tabela SUS? A tabela SUS é composta pelos valores que são pagos para os hospitais e clínicas que trabalham pelo Sistema Único de Saúde. São pagamentos realizados para efetuar as cirurgias, os internamentos, os exames e as consultas médicas.

Portanto, estamos falando de uma inflação que não foi reposta, ou seja, de uma defasagem de, aproximadamente, 170%. Repito, aproximadamente 170%.

É por isso que alguns municípios brasileiros, e nós podemos falar aqui dos catarinenses, estão colocando 20%, 25% e alguns até 30% do seu orçamento. Em média estão em 25%, quando a lei determina que os municípios, obrigatoriamente, devem colocar, no mínimo, 15%. Mas está longe disso, avançou muito porque, se os municípios não colocarem dinheiro na Saúde, não se faz o mínimo de atendimento à população. Mas não é justo, porque os municípios já são penalizados com a grande maioria dos serviços públicos.

Deputado Carlos Stüpp, v.exa., que foi prefeito, sabe muito bem que é no município que a população procura o serviço da saúde, da educação, da assistência social e outras necessidades que ela precisa, porque é lá que está o prefeito, o vice-prefeito, enfim, o serviço mais próximo do cidadão. O estado está distante e a união está mais distante ainda.

Então, é preciso reconhecer, debater esse assunto e repor essa defasagem, mesmo que parcialmente, e fazer o pagamento de custeio da saúde pública.

O nosso problema não está nos investimentos, ou o problema é menor nos investimentos, em equipamentos, em construções. De nada adianta construir hospital ou posto de saúde se não há médicos, pessoas qualificadas, medicamentos, equipamentos para exames, porque a unidade física, os equipamentos, sem a devida sequência, não vai

resolver o problema da saúde de qualquer cidadão brasileiro.

Por isso, retomamos esse assunto, repito. É preciso, é necessário e indispensável a reposição desses valores na tabela do SUS, que se paga na tabela aos laboratórios, às clínicas. Ou seja, todos aqueles que prestam serviço pelo SUS. Senão, cada vez vai ficar mais caótica a situação e os municípios vão ficar inviabilizados no ponto de vista de fazer exclusivamente da sua receita atendimento à saúde por falta dessa reposição através do governo federal.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Sílvio Dreveck.

O próximo horário pertence ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão nesta manhã de quinta-feira. Vou fazer alguns comentários sobre alguns assuntos que julgo importantes para discutir aqui na Assembleia Legislativa. O primeiro deles diz respeito à Lei das Diretrizes Orçamentárias, que estabelece normas gerais para a elaboração do orçamento de 2014, em que reforçamos as decisões tomadas nas regiões, através do orçamento participativo. Na verdade, não é o orçamento participativo em termos de estado, chama-se Orçamento Regionalizado, mas há um esboço de orçamento participativo, que gostaríamos muito de ver implementado no estado.

O Orçamento Regionalizado é oportunidade, pois vamos às regiões e juntamente com a comunidade levantamos as prioridades. Então, esse é o compromisso da Assembleia Legislativa, consignado também, ontem, nas Leis das Diretrizes Orçamentárias.

Quero também destacar que apresentei uma emenda individual porque julgo importantíssimo esse assunto que temos debatido no estado. Eu presido a Frente Parlamentar que trata desse assunto a respeito das ações voltadas para gestões da saúde do trabalhador. E nós fizemos uma emenda com o objetivo de incluir no anexo de metas as prioridades da administração pública e manutenções das ações de gestão da saúde do trabalhador.

Julgo importante ter apresentado essa emenda e vê-la aprovada aqui pelos srs. deputados. Acabamos de fazer, nas macrorregiões de Santa Catarina, as conferências regionais da saúde do trabalhador e a conferência estadual. E teremos em novembro a Conferência Nacional tratando desse mesmo tema.

Está constatado o elevado número de acidentes de trabalho em Santa Catarina e precisamos fazer um amplo esforço para, de fato, diminuirmos essas estatísticas de acidente de trabalho em Santa Catarina. Inclusive, já repercutimos por diversas vezes um levantamento, um amplo estudo realizado por técnicos e pesquisadores da Univali, de outras entidades que apontaram nas áreas pesquisadas que estamos 45% acima da média nacional em acidentes de trabalho em Santa Catarina. É um *ranking*, uma liderança, que não

nos orgulha. E, portanto, temos que pensar com mais seriedade dessa questão relacionada à saúde do trabalhador. Aliás, não apenas a saúde do trabalhador, mas a saúde de maneira geral, deputado Sílvio Dreveck, v.exa. que abordou esse tema anteriormente aqui na tribuna. Sou defensor de que os orçamentos públicos reservem, gradativamente, valores maiores a esta área da saúde pública para atender, de fato, as pessoas que necessitam.

O segundo tema que gostaria de repercutir é que participei muitas vezes dessa luta, inclusive, quando prefeito de Concórdia, deputado Sílvio Dreveck, v.exa. foi prefeito também, e reivindicávamos juntos um aumento do Fundo de Participação nos Municípios. Ou seja, reivindicávamos um aumento de recursos que a União destina, de forma automática, aos municípios, de 22,5% para 23,5%.

Isso foi uma longa luta, mas depois conseguimos e tivemos aprovado um aumento, na gestão do ex-presidente Lula, e os municípios passaram, então, a receber 23,5% dos recursos que a União destina. É assim que as coisas acontecem, quando se dá um passo, se busca o segundo passo. E já houve, a partir do último ano, nos últimos dois anos, novos movimentos para aumentar os 23,5% para 24,5% ou 25%, avançar mais um pouco.

Eu, com satisfação, constatei que houve uma discussão nesta última semana e o governo federal manifestou apoio à proposta que eleva a alíquota do Fundo de Participação dos Municípios, de 23,5% para 24,5%, do total arrecadado pela União. Para se ter uma ideia, segundo algumas estimativas, apenas para o primeiro ano, porque ele aumentaria uma parte em 2015 e uma parte em 2016, seriam R\$ 2 bilhões a mais, e já no segundo ano, seriam R\$ 4,5 bilhões que os municípios receberiam a mais. Ou seja, mais recursos no caixa municipal, que está mais próximo da comunidade, das pessoas, das necessidades. Essa é uma medida importante, que está tramitando no Congresso Nacional, com perspectiva de ser aprovada ainda este ano.

Gostaríamos de dizer que quanto mais próximos os recursos estão do cidadão, melhor para acompanhar, fiscalizar e melhorar as condições de se prestar um serviço público mais eficiente. O que se quer é exatamente que os recursos públicos sejam bem utilizados. Que aqueles recursos que estão disponíveis, seja no caixa do governo federal, estadual ou municipal sejam bem utilizados. E os recursos às prefeituras há uma fiscalização maior, há uma proximidade maior, uma chance maior de que eles sejam bem aplicados, que é o que se quer e o que se reivindica, sim.

Então, gostaria de fazer essa repercussão, sr. presidente, porque julgo que é um tema importante, mais recursos aos municípios, significa mais ação, mais saúde, mais educação, mais estradas aos nossos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s.: 0051/2014; 0056/2012; 0080/2014; 0115/2012; 0126/2014; 0142/2014; 0273/2013; 0400/2013 e 0577/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0005/2014; 0015/2014; 0048/2014; 0058/2014; 0080/2014; 0214/2014; 0281/2014; 0286/2014.

Comunica, também, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0036/2014; 0055/2014; 0074/2013; 0089/2014; 0100/2014; 0115/2014; 0117/2014; 0118/2014; 0142/2014; 0165/2014; 0201/2014; 0218/2014; 0243/2014; 0253/2014; 0256/2014; 0272/2014; 0276/2014; 0288/2014; 0290/2014; 0448/2013; 0616/2013; 0640/2012; 0647/2012 e 0691/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0088/2014; 0123/2014; 0139/2014; 0203/2014; 0215/2014; 0228/2014; 0244/2014; 0266/2014; 0278/2014; 0283/2014 e 0341/2014.

Comunica, ainda, que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0204/2014 e 0261/2014.

Por fim, comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s.: 0193/2012; 0281/2013; 0282/2012; 0450/2012 e 0625/2011.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, a Indicação n.: 375, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 676, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 677, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 678, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 679 e 680, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, porém, temos sobre a mesa um requerimento, de autoria da deputada e coordenadora da Bancada Feminina, Dirce Heiderscheidt, assinado também pelas deputadas Angela Albino, Luciane Carminatti, Ada Faraco De Luca e Ana Paula Lima, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para que a presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres - Cedim -, sra. Elizabeth Silva de Oliveira, faça uso da palavra, possibilitando o direito de resposta referente às colocações do deputado Kennedy Nunes, ocorridas neste plenário, no dia 2 de julho de 2014, sobre as eleições.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha.) - Reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSE MILTON SCHEFFER - Presidente, quero, nesta manhã, cumprimentar v.exa. e todos os demais deputados e deputadas. Gostaria de falar sobre o Projeto de Iniciativa Popular n. 0321/2013, intitulado Saúde+10, que tramita no Congresso Nacional. Foi protocolado no ano passado com mais de dois milhões de assinaturas. Somente

em Santa Catarina foram mais de 70 mil assinaturas coletadas por diversos segmentos sociais e a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, da qual eu sou presidente, apoiou uma das entidades coordenadoras aqui no estado.

Ocorre que esse projeto está tramitando no Congresso Nacional com muita lentidão, gerando em todas as instituições envolvidas nesse processo, a CNBB, a OAB, a Federação Nacional dos Hospitais e a Associação Estadual dos Hospitais Filantrópicos, uma preocupação muito grande, porque há mais de 16 anos que a tabela do SUS continua a mesma. O governo federal e não é o governo da presidente Dilma, outros governos que antecederam, não reajustaram a tabela e nem os valores aplicados pelo governo federal em saúde há mais de 20 anos. Criou-se uma obrigação para que os municípios apliquem 15%. Os municípios catarinenses, por exemplo, em sua média aplicam 23% do orçamento, muito mais do que determina a lei. Em contrapartida, o governo federal, que é quem arrecada 70% dos impostos neste país, aplica apenas 4% e se dá ao direito de criar políticas públicas, criar programas. E com isso, vem sufocando e impedindo que a saúde pública no país tenha um atendimento melhor. Ele cria novos programas, mas não reajusta os antigos programas. Isso tem causado a falência dos hospitais filantrópicos do país como um todo. Todos os hospitais, que não são públicos, estão na falência em função do não reajuste da tabela do SUS, por cerca de mais de 20 anos. Precisamos, de uma forma direta, pressionar o Congresso Nacional para que vote essa emenda na Constituição, obrigando o governo federal a gastar 10% das suas receitas da corrente bruta em saúde. E com isso, sim, termos um aporte de mais de R\$ 40 bilhões por ano na saúde pública do país, o equivalente ao que foi gasto na Copa do Mundo, para melhorarmos a situação dos hospitais no estado e no Brasil, que vive um verdadeiro apagão. Para cada R\$ 100,00 de despesa que um hospital público tem para atender um paciente, ele recebe R\$ 40,00 do SUS, e fica com déficit de R\$ 60,00.

Nós tivemos aqui o manifesto do Conselho Estadual da Mulher e quero aproveitar a presença delas aqui para pedir também o apoio na luta para criarmos a obrigatoriedade para que o orçamento federal destine 10% à saúde pública.

Hoje um parto normal, no hospital, tem o custo de R\$ 800,00, sem margem de lucro. E quanto desse valor que o SUS repassa a esse hospital? Dividido entre as despesas da internação, médico obstetra, pediatra, enfermeira etc, o hospital recebe R\$ 300,00 para fazer um parto. Por isso, muitas vezes, as mulheres não são atendidas conforme necessitam nos hospitais pelo país afora. Essa campanha tem muito a ver com a melhoria da qualidade no atendimento da saúde. Sem recurso financeiro, sem financiamento, não adianta criar programa, mais isso, menos aquilo. Isso não resolve! Nós temos que ter prioridade e colocar isso no orçamento. É isso que a Frente Parlamentar quer, através da moção n. 0071, aprovada ontem, nesta Casa. E também através do manifesto que estamos propondo para a Câmara de Deputados e para o governo federal, no sentido de aprovar com

urgência o Projeto Iniciativa Popular n. 321/2013, intitulado projeto Saúde+10, que visa garantir a aplicação, pela União, do montante igual ou superior a 10%, de suas receitas correntes brutas, na saúde pública de Santa Catarina.

Esse manifesto está sendo assinado pela Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, pela Associação de Hospitais de Santa Catarina, pela Federação dos Hospitais, Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, pela Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina, além da OAB, da CNBB e do Fórum Parlamentar Nacional que coordena o referido projeto.

É um manifesto que será entregue no início do mês de agosto em Brasília, pedindo à Câmara de Deputados que aprove na comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, cujo relator é o deputado Vicente Cândido, do PT/SP, uma emenda à Constituição que obrigue o orçamento federal a destinar 10% dessas receitas à saúde pública. Com isso iremos salvar e melhorar o atendimento da saúde no país.

Além disso, gostaria de defender os interesses dos pescadores de Santa Catarina, que tiveram uma série de medidas restritivas impostas pelo ministério da Pesca e Aquicultura e Ibama, impedindo a pesca com rede aninhada no litoral de Santa Catarina, que é a nossa pesca artesanal da tainha, que este ano teve uma diminuição de 500 toneladas em função de uma série de legislações restritivas à aplicação do uso dessas redes.

Hoje não temos mais mão de obra disponível, os pescadores, a maioria deles, está envelhecendo, não tem mais saúde para fazer isso no braço e precisam usar a tração mecânica. Porém, uma série de leis e normas que tem neste país, impediram vários barcos artesanais em Santa Catarina de pescar, o que beneficia grandes embarcações industriais ou aqueles pequenos barcos a remo de pequenas canoas, que na verdade, pescam muito pouco e não é suficiente para manter a renda do pescador de tainha.

A pesca da tainha faz parte da cultura de Santa Catarina e este ano esteve prejudicada. Agora teremos visita dos técnicos do ministério da Pesca e Aquicultura aqui no estado, avaliando isso para que, no ano que vem, não tenhamos que voltar a esta tribuna. Temos grupos para tantas coisas! Existe um grupo técnico da tainha no Brasil, mas não resolve problemas tão simples de uma portaria que foi criada pelo referido ministério e pelo Ibama, que impediu, este ano, que várias famílias de pescadores artesanais pudessem tirar do mar sua renda e ter uma vida digna.

Assim, quero registrar o nosso protesto e o pedido para que o ministério da Pesca e Aquicultura, de uma vez por todas, reveja sua legislação da pesca da tainha e outras formas de pesca artesanal, não mais prejudicando os nossos pescadores. Fica o nosso apoio à Federação dos Pescadores de Santa Catarina que tem lutado para rever essas medidas que não afetam o meio ambiente, mas a renda do pescador artesanal de Santa Catarina que tem tido muita dificuldade no dia a dia para manter sua família e sua atividade em função de uma série de normas e regras que se criam no país sem ouvir as pessoas que vivem

da pesca. O pescador assim como o agricultor é o primeiro na sua atividade, mas não é justo que um pescador que pesque mil, dois mil quilos seja proibido de pescar e que um barco industrial possa retirar 60, 70 toneladas em apenas um lanço de pesca, prejudicando os nossos pescadores.

Portanto, fica aqui o nosso protesto e o pedido de apoio às autoridades do referido ministério e também do Meio Ambiente em prol da pesca artesanal de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o deputado Mauro de Nadal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Venho a esta tribuna, hoje, para fazer uma análise da pós-enchente na nossa região, principalmente naqueles municípios que estão nas encostas do rio Uruguai e que foram os mais atingidos em virtude das fortes chuvas ocorridas no início do mês de julho. Acompanhamos desde os primeiros passos, desde as primeiras orientações da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

E desde aquele primeiro momento a Defesa Civil alertou todos os nossos municípios sobre as consequências que as fortes chuvas poderiam trazer se não agíssemos com cautela e rapidez, principalmente a Defesa Civil dos municípios, as administrações municipais, a sociedade civil organizada em todos esses municípios que estavam sob alerta.

Infelizmente, não conseguimos fazer com que a água não subisse, mas, felizmente, conseguimos, através de todo esse alerta e do trabalho desenvolvido pelas administrações municipais, pelo aconselhamento proporcionado pelos bombeiros voluntários e militares de Santa Catarina, que fizeram com que as pessoas se retirassem dessa zona de perigo, o que ajudou a não termos vítimas em decorrência das fortes chuvas. Mas, o impacto na infraestrutura dos municípios foi muito grande, principalmente nas residências que estavam próximas aos rios Uruguai e Chapecó.

E para que os nobres pares e as pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital possam entender o tamanho do estrago que a chuva ocasionou nesses últimos dias na nossa região, trouxemos, para conhecimento, um vídeo mostrando toda a tragédia e a importância da participação dos governos estadual, federal e municipal para trabalhar na reestruturação dos municípios e dar a essas pessoas que foram diretamente atingidas um pouquinho de dignidade frente a essa desestruturação que a chuva ocasionou.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Nós podemos acompanhar no vídeo todo o impacto, e, em algumas imagens, as pessoas voluntárias, que abdicaram do conforto e estiveram presentes ajudando, colaborando, doando mantimentos, utensílios para a reestruturação de suas residências. E graças a essas pessoas, graças à sociedade organizada, graças ao governo presente, todos os atingidos estão buscando ânimo, vontade, coragem para vencer este momento que assola famílias desses municípios atingidos.

E cabe aqui ressaltar que o governo do estado está presente e já liberou recursos financeiros para os municípios. Nós estivemos acompanhando o governador do estado em uma passagem pela região do pós-enchente anunciando a liberação de R\$ 400 mil para que os municípios possam fazer a reestruturação da infraestrutura municipal, quer sejam elas no perímetro urbano ou no interior. Porque em muitas áreas no interior dos municípios temos muita dificuldade para acessar, já que, em muitos casos, lá se foram os bueiros e as pontes. E nós precisamos agora reestruturar, reerguer toda essa estrutura.

E aí também vem a participação da secretaria de estado da Agricultura, do governo federal, que anunciou recursos para serem investidos na reestruturação de todos esses municípios.

A secretaria de estado da Agricultura têm anunciado recursos financeiros que vão beneficiar diretamente o agricultor, ou seja, da porteira para dentro, porque a perda foi considerável.

Agora começamos a tratar o impacto econômico de tudo isso e o governo do estado vai estar presente. Já foi anunciado o kit forrageira para recuperar as pastagens e alimentar o gado de leite, que é o grande forte da nossa região.

Além dos kits, vamos ter cota adicional de calcário. Teremos também crédito a juros zero para financiamento de até R\$ 20 mil, especificamente, para a família de agricultores.

Então, é importante a presença do governo nesses momentos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Mauro de Nadal, primeiramente quero lhe cumprimentar como deputado daquela região, onde v.exa. nasceu, conviveu politicamente e está fazendo este trabalho de solidariedade e de recuperação de uma das regiões mais bonitas de Santa Catarina.

Eu conheci de perto a referida região quando secretário de Turismo, e é muito triste ver essa enchente trazendo esses enormes prejuízos, mas o trabalho feito para recuperar todo o sistema público já é uma ação positiva.

Mas o que sempre fica pendente é a iniciativa privada, a pessoa física que perde seus pertences, seu patrimônio, os prejuízos enormes dentro de casa, os quais, muitas vezes, não se consegue atingir com ações públicas.

Por isso, quero me solidarizar, quero cumprimentá-lo por estar defendendo legitimamente a região e dentro do possível, claro, me colocar, também, à disposição.

Mas, acima de tudo, a preocupação sempre fica. O poder público tem um tempo para recuperar essa região e pode contar com alternativas, como o apoio do governo federal, do governo do estado e do próprio município. Mas o problema sempre fica para as pessoas físicas e para a iniciativa privada, pois o comércio, a indústria e a agricultura, são o grande forte da região.

Parabéns, mais uma vez, pela sua grande atuação, neste momento.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Gilmar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Mauro de Nadal, gostaria de parabenizar v.exa. por este pronunciamento e dizer que este parlamentar está plenamente à disposição de v.exa., de toda a bancada do oeste, do grande oeste catarinense e da população catarinense em tudo aquilo que for possível para contribuir, para aliviar o drama de toda a gente do oeste catarinense.

Parabéns e estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero ressaltar também que em virtude dessas fortes chuvas estamos com problemas na travessia entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na ponte que liga estes dois municípios, através do rio Uruguai, porque agora, com essas fortes chuvas, esta ponte acabou balançando um pouco mais e teve que ser interditada.

Nós vamos ter agora um processo de recuperação que deve iniciar nos próximos dias e vai perdurar por, no mínimo, seis meses, e nós não temos uma alternativa para resolver este problema da travessia.

Então, solicitamos ao ministro dos transportes, através da superintendência do DNIT, que se encontre uma forma alternativa para que possamos fazer a travessia, tanto econômica quanto de passeio, naquela divisa entre os dois municípios, porque não podemos ficar sem essa ligação tão importante.

Tivemos, em outras oportunidades, e foi embargada, uma obra alternativa para balsa. E lá não está sendo oferecida nenhuma alternativa, tanto para a cadeia produtiva quanto para as pessoas.

Apenas para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer que precisamos ter uma alternativa. Quer seja ela de balsa ou algum meio que possa fazer com que a cadeia produtiva não pare neste momento de dificuldade.

O impacto já foi grande e, se tivermos um impacto mais forte ainda na economia da nossa região, não sei de que forma as pessoas vão conseguir suportar todo este prejuízo.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, não pedi aparte ao deputado Mauro de Nadal porque vi que o tempo dele já tinha extrapolado, mas, realmente, as questões de transporte para o oeste catarinense é algo que temos que nos preocupar e despender ações emergenciais do governo federal, porque as duas principais rodovias que fazem a ligação do Rio Grande do Sul com o Paraná e com o resto do país estão prejudicadas.

Lá no trevo de Irani, onde houve um desmoronamento, a previsão é de que a BR fique mais 40 dias interrompida. Ontem o deputado Sopelsa falou sobre esse assunto, assim como os deputados Neodi Saretta e

Daniel Tozzo, que é muito preocupante para a economia catarinense.

E a BR-158, a ponte que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, apenas começou a receber atenção quando um cidadão fez um vídeo mostrando a movimentação estranha quando da passagem de veículos, especialmente caminhões. Este vídeo circulou na internet e o encaminhamos para o DNIT. Aqui na assembleia este assunto foi levantado e apenas depois tomaram providências, que foi fazer a ponte em sentido único, com semáforo, então, passa um pouco de carros em direção ao Rio Grande do Sul e um pouco em direção a Santa Catarina.

E até agora as obras não iniciaram. O problema é que agora, com a enchente, piorou, levando à interdição da ponte.

Então, é preocupante a questão das rodovias federais em Santa Catarina que precisam de atenção especial. Atenção que, às vezes parece não ser tão difícil, deputado Daniel Tozzo. Ficamos com a SC-282, no perímetro urbano de Xanxerê, mais de dois anos parada e, quando ocorrerem mobilizações, quando a cobrança para o término da obra ficou forte, concluíram, já regularizaram a situação, os viadutos estão prontos, é claro que ainda precisa ampliação, mas boa parte da obra foi resolvida.

Mas, ocupo a tribuna no dia de hoje para comemorar junto aos guardas municipais do nosso estado, a aprovação do estatuto que os garante poder de polícia em nível nacional. A guarda municipal tem previsão constitucional e até hoje não havia sido regulamentada essa questão, mas, ontem, o Senado Federal aprovou o Estatuto dos Guardas Municipais. O Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar 39/2014, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB, de São Paulo, que é nosso companheiro, inclusive apoiador da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. Eu conheço o seu trabalho, já participei de vários projetos que o deputado Arnaldo Faria de Sá defende, e agora, com esse projeto, a categoria dos guardas municipais passará a ter direito a porte de arma, a estruturação da carreira e à progressão funcional. Este projeto tramitava em regime de urgência e agora será encaminhado para sanção presidencial.

E, de acordo com esse projeto, os guardas municipais terão poder de polícia com a incumbência de proteger, tanto o patrimônio quanto a vida, já que antes do projeto os guardas municipais tinham a previsão exclusiva de proteção ao patrimônio público. Agora, deverão utilizar uniformes, equipamentos padronizados, mas a sua estrutura será hierárquica, não poderão ter denominação idêntica a das forças armadas, terão uma estrutura própria. Nas forças militares tem quem ter comandante, chefe, quem regulamenta os agentes, mas com estrutura diferente.

Sendo que o Estatuto dos Guardas Municipais regulamenta o dispositivo da Constituição, como eu já disse, que prevê a criação da Guarda Municipal para proteção de bens, serviços e instalações, mas agora, na lei, está regulamentada também a proteção à vida. Os guardas municipais deverão também colaborar com os órgãos de Segurança Pública em ações conjuntas e contribuir para a pacificação de conflitos e, mediante convênio

com os órgãos de trânsito estadual e municipal, deverão fiscalizar o trânsito e expedir multas. Outra competência é encaminhar ao delegado de Polícia diante de flagrantes e delitos, o autor da infração preservando o local do crime. Poderão, ainda, auxiliar na segurança de grandes eventos e atuar na proteção de autoridades e ações preventivas na segurança escolar.

O projeto prevê igualmente a possibilidade de municípios limites constituírem consórcio público para utilizar reciprocamente o serviço da Guarda Municipal de maneira compartilhada. Então, a questão é importante, porque permite que o agente municipal de determinado município possa atuar no município limítrofe mediante convênio. Portanto, municípios próximos, que tenham esse convênio, deputado Carlos Stüpp, por exemplo, num evento grandioso em Tubarão, poderão utilizar o trabalho desses agentes. O consórcio também poderá ficar encarregado da capacitação dos integrantes da Guarda Municipal Compartilhada. Todos os guardas deverão passar por essa capacitação e terão que ter currículo compatível com a atividade, enfim, com a função.

Eu sempre defendi que os guardas municipais pudessem ter a possibilidade da utilização de armas, terem porte de arma, é claro que para agir numa situação emergencial de ajuda, de proteção à vida, para que não fiquem desprotegidos. Por isso, com treinamento adequado, com capacitação, os guardas municipais podem ajudar no trabalho feito pela Segurança Pública, pela Polícia Militar, no policiamento ostensivo.

É importante essa regulamentação, é uma luta antiga dos guardas municipais, também uma luta do município de Itajaí, especialmente do vereador Carlos Ely, que lutou bravamente junto à administração municipal, junto à Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí, com o apoio da esmagadora maioria da população para a criação da Guarda Municipal em Itajaí.

Eu recebi esse material, ontem, à noite, assim que o projeto foi aprovado pelo Senado Federal, pela assessoria do Celso, da equipe de gabinete do vereador Carlos Ely, que foi um grande avanço para a segurança pública do país.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Temos sobre a mesa o Ato n. 035-DL, de 2014, da Presidência, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições,

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de 60 dias, a contar do dia 17 de julho do corrente ano, para tratamento de saúde.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente, e.e." [sic]

Na sequência temos o Ato n. 041-DL, de 2014 (Passa a ler.)

"A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadão Sandro Daumiro da Silva, primeiro-suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar a cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente, e.e." [sic]

Desta forma, considera-se que já está exercendo legitimamente a função o deputado Sandro Silva, e que já está devidamente empossado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 5 de agosto, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Agradeço a todos os servidores da Casa que trabalharam nesta sessão, especialmente as nossas assessoras da Mesa Diretora, o pessoal da TVAL, da imprensa, da Polícia Militar e Civil, enfim, agradecemos a todos que trabalharam nesta manhã.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrinio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Faço um cumprimento muito especial e carinhoso aos demais parlamentares presentes nesta sessão ordinária, aos funcionários desta Casa e ao público que nos acompanha pela TVAL e Rádio AleSC Digital.

Há muito tempo queria falar sobre esse tema que irei desenvolver hoje, até porque foi numa oportunidade em que estivemos reunidos no município de Presidente Nereu para debater principalmente, com a agricultura familiar, problemas que os nossos agricultores e agricultoras têm vivenciado em nosso estado, sendo que este Parlamento já fez o seu dever de casa aprovando uma legislação e, por isso, esses agricultores estão cobrando do governo do estado de Santa Catarina a sua implantação imediata.

(Passa a ler.)

"Realizamos, srs. parlamentares, uma reunião no município de Presidente Nereu

a pedido da Associação Acolhida na Colônia - Vale das Tradições -, sendo que a TVAL fez uma bela reportagem desse programa maravilhoso desenvolvido no estado de Santa Catarina na região do vale do Itajaí e também em Santa Rosa de Lima, que tem dado certo, propiciando às pessoas conhecerem as tradições e lugares maravilhosos do nosso estado, principalmente no que se refere aos nossos agricultores e agricultoras.

A Associação Acolhida na Colônia é coordenada pelo casal Luiz e Luzia, e nós naquele momento discutimos as ações necessárias para a implementação da Lei do Turismo Rural no Estado de Santa Catarina.

A Associação Acolhida na colônia tem por objetivo a valorização do modo de vida no campo, através do agriturismo ecológico como parte integrante das atividades da propriedade rural e como ferramenta no desenvolvimento local, deputado Dirceu Dresch, assunto que v.e.a. domina.

É composta por famílias que dedicam suas vidas à preservação da natureza e à produção de produtos orgânicos e agroecológicos, produtos saudáveis, pelos

quais existe uma procura muito grande pela população, inclusive mundial, porque não possuem agrotóxicos nem veneno, e que poderiam estar à disposição de toda a sociedade. Esse grupo de agricultores e agricultoras desenvolve ações dessa natureza.

São trabalhadoras e trabalhadores exemplares que merecem atenção do estado, porque disponibilizam suas casas e suas propriedades como espaços de hospedagem e oferecem um atendimento extraordinário às pessoas que os procuram.

Essas famílias enfrentam dificuldades e precisam de uma resposta do estado de Santa Catarina para os problemas que vêm enfrentando diuturnamente.

A Assembleia Legislativa aprovou a Lei n. 14.361/2008, também conhecida como Lei Traf/SC, em que foi instituída a política de apoio ao turismo rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina.

Essa lei, srs. parlamentares, e muitos de v.exas. estavam nesta Casa quando ela foi aprovada, enquadra o turismo rural como atividade complementar à produção agropecuária, define suas atividades, os serviços Traf e propõe diretrizes e estratégicas de apoio governamental a este segmento turístico.

No entanto, sua principal contribuição é estender aos agricultores que se dedicam ao turismo rural o regime fiscal e tributário vigentes aos pequenos agricultores dedicados à produção agropecuária.

Em outras palavras, srs. parlamentares, com a regulamentação da Lei Traf/SC, por exemplo, os produtores familiares rurais que desenvolvem atividades e serviços turísticos não perderão o direito à seguridade especial, poderão utilizar a nota do produtor rural para discriminar produtos e serviços turísticos, não precisarão constituir (micro) empresas com contabilidade própria para exercerem a atividade turística, dentre outros benefícios".

E nós, se não me falha a memória, aprovamos neste plenário, por unanimidade, essa lei.

(Continua lendo)

"Infelizmente, passados seis anos, o estado de Santa Catarina não regulamentou a Lei do Traf.

Fomos à secretaria de estado da Agricultura - e eu não posso aqui deixar de agradecer, de uma forma muito especial, ao diretor da secretaria da Agricultura, sr. Hilário, por ter atendido todos esses segmentos envolvidos - e propomos a formação de um grupo de trabalho que viabilize a regulamentação da presente lei".

Inclusive, o sr. Hilário esteve presente em todas as reuniões, sendo que na última reunião que aconteceu em Presidente Nereu ele também esteve presente para esclarecer aos nossos agricultores e agricultoras como estavam planejando fazer a regulamentação da presente lei.

(Continua lendo)

"Algumas propostas que estão sendo debatidas:

Questão Tributária e Fiscal

Estudo junto à secretaria da Fazenda em fixar a cobrança de imposto entre 2% a 5% do ICMS aos produtos da agricultura familiar, e a tendência dessa negociação é ficar em 3%.

Está em estudo a questão da nota no sentido de simplificar as emissões de notas pela agricultura familiar, que é outro tema.

Questão sanitária

O objetivo é tratar de forma diferenciada e simplificada a agricultura familiar. Não se pode continuar exigindo dos nossos pequenos agricultores que cumpram as mesmas exigências sanitárias dos grandes produtores e das grandes empresas."

Nós temos que pelos menos flexibilizar para que eles possam permanecer com as famílias produzindo o alimento que todos nós consumimos.

(Continua lendo)

"Proposta: criar um manual de boas práticas

Neste manual estariam descritos os cuidadores e os procedimentos para a produção dos produtos da agricultura familiar (queijo, pão, laticínios, salames, doces etc.)".

Temos certeza de que todos os senhores e senhoras são consumidores desse produto, porque queremos um produto mais natural nas nossas mesas, a exemplo do pão caseiro, dos laticínios, dos salames e dessas geléias que, principalmente, as mulheres produzem.

Então, nunca ficamos doentes por isso. É de boa procedência, claro que exigimos os cuidados e a higiene necessários, pois é um produto que merece todo o acompanhamento, mas as exigências feitas pela vigilância sanitária são, em alguns momentos, absurdas, querendo inclusive reduzir a fabricação desses produtos.

(Continua lendo)

"Nós vamos acompanhar os desdobramentos das proposições desse grupo de trabalho e cobrar do governo estadual a resolução desses problemas que visam à valorização dos nossos agricultores familiares".

Por isso que lutamos e espero a compreensão também e a agilização desse procedimento o mais rapidamente possível por parte da secretaria de estado da Saúde, que há muito tempo já devia ter regulamentado essa lei que nós aprovamos por unanimidade nesta Casa.

Era este, sr. presidente, o meu pronunciamento no dia de hoje.

Eu teria outro assunto para falar, que é sobre um projeto de lei que está tramitando na CCJ até este presente momento e trata da questão do banimento do amianto no estado de Santa Catarina. No dia de hoje, depois do nosso relatório embasado pelas proposições do Ministério Público Estadual do Trabalho e do Ministério Público Federal, que fez uma excelente defesa do projeto, nós concordamos e aprovamos, então, que no próximo dia 2 de setembro possamos analisar e aprovar esse projeto de lei que vai garantir aos trabalhadores, às trabalhadoras e ao povo catarinense mais saúde, evitando dessa forma as medidas que têm complicado a vida e a saúde do nosso povo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas

e público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar o sargento Müller, que sempre está aqui nos acompanhando. Tivemos a informação de que o sargento Müller, que é de Iporã do Oeste, município vizinho de São João do Oeste, perdeu a sua esposa. Portanto, queremos transmitir os nossos sentimentos a ele, que está sempre acompanhando as nossas sessões e cumprindo a sua função de segurança desta Casa.

Gostaria de cumprimentar também o prefeito de São João do Oeste, Sérgio Luis Theisen, que é presidente da Ameosc. Quero dizer *gute leute* prefeito, gente boa de São João Oeste, e também os alemães de Iporã do Oeste e de toda região. Inclusive, na semana passada foi realizada a *Deutsche Woche*, a Semana Alemã, no município de São João do Oeste. E no ano passado fui jurado do Festival Alemão, que acontece durante a Semana Alemã, a *Deutsche Woche*, em São João do Oeste, que é a capital alemã do estado de Santa Catarina.

Então, o prefeito Sérgio Luis Theisen está conduzindo a associação de municípios e fazendo um grande trabalho.

Inclusive, amanhã acompanharemos uma delegação do extremo oeste, formada por prefeitos e lideranças da região, que vai a Brasília lutar para que a Universidade Federal da Fronteira Sul instale um *campus* também em São Miguel d'Oeste. Desde a fundação da universidade o compromisso foi que houvesse um *campus* em Chapecó, Concórdia e também em São Miguel d'Oeste.

Então, amanhã à tarde teremos uma audiência no ministério da Educação.

O extremo oeste sempre foi uma região, durante os governos passados, muito esquecida antes de o presidente Lula assumir o governo. Hoje temos o Instituto Federal, grandes investimentos e o término da obra da BR-282 até a Argentina. Tivemos um novo Porto Seco em Dionísio Cerqueira com uma bela estrutura, mas agora temos lá ainda o desafio de agilizar a passagem. Estive em Dionísio Cerqueira na semana passada e lá há um problema de demora da entrada de caminhões. Eles demoram muito para entrar e sair do estado.

Então, os diretores da Receita Federal de Curitiba estiveram presentes numa audiência para discutir esse tema. Mas temos bons investimentos.

Agora, além da universidade federal, da escola técnica e da Unila, a universidade do Mercosul, instalada em Dionísio Cerqueira, temos alguns gargalos, e uns deles ocorreu a partir da enchente, que é o problema da ponte de Iraí, uma vez que os caminhões grandes não podem mais passar pela ponte e agora estão passando pelas balsas em Itapiranga.

Inclusive, estivemos visitando as balsas na cidade de Itapiranga e podemos dizer que temos aí uma situação também crítica, pois a demora é muito grande, já que as duas balsas que temos não estão dando conta, apesar de estarem trabalhando dia e noite.

Por outro lado, também há uma preocupação dos prefeitos da região de Itapiranga, de Descanso, de Iporã do Oeste, pois todo o tráfego pesado, os bitrens, os caminhões, estão passando pela rodovia estadual, por dentro das cidades, causando um grande prejuízo às estradas.

Amanhã, estaremos viajando à Brasília e vamos aproveitar, além de falar sobre a Universidade Federal, vamos discutir essa questão com o ministério dos Transportes, com o DNIT, e tentar resolver essa problemática colocando mais uma balsa grande para passar os caminhões na divisa dos dois estados. Caso contrário, os caminhões que vem lá de São Miguel do Oeste, de Chapecó, terão que dar uma volta muito grande.

Então, já fizemos contato com o DNIT, inclusive do Rio Grande do Sul, e temos a perspectiva de 30 dias para instalar essa nova balsa, lá em Iraí. Mas isso, na nossa avaliação, é muito demorado, causa muitos transtornos, os caminhões têm que parar de sete a dez horas em Itapiranga para esperar a passagem pela balsa. Isso vem causando um grande prejuízo, além do transtorno na querida e bonita cidade de Itapiranga, pois do outro lado do rio, os caminhões, as carretas precisam parar em frente aos comércios, na frente dos postos de combustíveis para esperar passagem na divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

Então, queremos levar essas questões para a pauta da reunião, além de lutas estaduais que temos, como o asfalto da fronteira, o asfalto da Beira-Rio, de Itapiranga a Mondai, que é uma reivindicação muito antiga da comunidade. Então, temos pautas nacionais, a ponte da divisa do Rio Grande do Sul, que é também uma reivindicação muito grande daquela região. Também temos a federalização do trajeto São Miguel d'Oeste a Itapiranga, na BR-163. Temos os contornos viários das cidades, especialmente, de Descanso e Iporã do Oeste, porque em São Miguel d'Oeste já está sendo construído o contorno viário.

Então, levantar essas questões é importante, prefeito Sérgio, v.exa. que conduz muito bem a associação dos municípios, porque se trata de uma pauta extraordinária para o desenvolvimento da região do extremo oeste catarinense, que há muito tempo foi abandonado, mas a partir do governo Lula e da presidente Dilma tem recebido grandes investimentos.

Mas, quero aqui trazer outro tema que nos intriga, e que, na semana passada, chegou mais uma vez ao seu extremo. Não entendo como uma grande empresa como o Banco Santander envia uma carta aos seus clientes, mostrando essa situação que setores da grande mídia nacional, os grandes empresários brasileiros adoram fazer com o Brasil. Adoram espalhar o pânico, o medo frente às questões econômicas do nosso país. Já fizeram isso muito bem antes da campanha de 2002, especialmente, desde 1989, quando armaram questões, levantaram polêmicas irreais sobre a situação do nosso Brasil. É verdade que no mundo, há muito tempo, muitos países estão em crise. O Brasil, pelo protagonismo do governo, continua investindo em grandes obras, em políticas sociais, em habitação popular, como no programa Minha Casa, Minha Vida, através do qual serão entregues três milhões de casas populares. Isso gera emprego, gera desenvolvimento, gera demanda industrial no nosso país.

Então, o Brasil experimenta uma nova perspectiva de governo, em que o estado se transforma num grande protagonista da economia brasileira auxiliando setores em

crise, como o setor automobilístico e outros setores, especialmente o estado sendo o grande agente de financiamento, através dos bancos públicos, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Mas o estado também contribui com o desenvolvimento investindo em grandes obras, como citei aqui, em áreas sociais, como o programa Minha Casa, Minha Vida, como o Bolsa Família.

Então, mais uma vez, setores da grande mídia nacional, representando esta elite, dizem que o Brasil está correndo grandes riscos novamente com a volta da inflação e do desemprego.

Nós tivemos, nos últimos quatro meses, a inflação mais baixa, com redução, inclusive. Nós estamos com uma redução cada vez maior de desemprego no nosso país. Qual é o problema? É de fato a ameaça, mais uma vez, a mesma que já se fez em 2002, que se fez antes da Copa, de que o Brasil não ia fazer uma boa Copa do Mundo, mas fizemos uma Copa de qualidade em todos os nossos estádios. Uma maravilha! Uma grande Copa!

Então, são os mesmos que sempre apostam no fracasso, os mesmos que sempre apostam no caos, os mesmos que assustam e que criam pânico no nosso povo brasileiro. Então é isso, e queremos, de fato, precisamos ter um Brasil real, um Brasil que vem desenvolvendo a vida do povo, aumentando o salário, gerando emprego, reduzindo a inflação e segurando os juros nesses anos todos, nos patamares dentro da perspectiva.

Temos um Brasil real, um país que vai continuar investindo e melhorando a vida do seu povo. Nós temos, por exemplo, demonstrado esta perspectiva das empresas, pois, na questão do projeto técnico da nossa ferrovia leste oeste, tivemos 11 consórcios que participaram desta licitação.

E, assim, temos praticamente 4.600km de ferrovias licitadas no Brasil, que vão, com certeza, gerar muito emprego, muita renda e desenvolvimento no nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada e estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero abordar temas relacionados a nossa infraestrutura catarinense, especialmente a rodovias, contornos viários e obras que julgo importante serem mencionadas aqui. Algumas, para ressaltar o seu início, outras, para cobrar agilidade, e outras, ainda, para trazer a situação alarmante em que se encontram.

Em primeiro lugar, queria fazer uma manifestação sobre o contorno viário na cidade de Seara, Santa Catarina, um local onde dezenas de acidentes já aconteceram. Para quem conhece aquele município, sabe que, de Chapecó a Seara, na descida, na rota de chegada da cidade, na SC-283, já aconteceram centenas de acidentes e por anos e anos a situação ali ficou sem solução.

Agora, felizmente, o contorno viário vai diminuir os acidentes em direção à rua Treze de Abril. Essa obra tem mobilizado as famílias, que cederam, inclusive, terras para que seja feito esse contorno que, finalmente, está em andamento.

E nós, além de ressaltar a importância daquela obra, queremos manifestar o desejo da comunidade regional e de todos aqueles que trafegam pela SC-283, de que haja o máximo de agilidade possível para que ela seja construída com o máximo de rapidez e amenize os problemas que têm acontecido por lá.

Em relação à mesma rodovia, queria noticiar e repercutir que o Ministério Público de Seara instaurou um procedimento para averiguar as condições de trafegabilidade da SC-283, na estrada do município de Seara, sentido Chapecó, incluindo o cruzamento e a chegada deste contorno que falei agora.

Essa é uma rodovia que está precisando de reparos, de revitalização, com urgência. A questão da construção do contorno vai resolver parte do problema, já que a rodovia encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade. A situação daquela SC, que já não era favorável, ficou pior ainda após as chuvas de junho. Houve inúmeras quedas de barreiras que trouxeram prejuízos à região. Alguns trechos ainda apresentam defeitos, mas esperamos que o governo do estado possa dar agilidade na sua recuperação.

Outra situação que trago é em relação à SC-355, no trecho que liga a cidade de Jaborá à comunidade de Vila Cachimbo, na BR-153, no município de Concórdia. Os usuários daquela rodovia pensam até em promover lá alguma manifestação. Por enquanto, essas manifestações estão nas redes sociais divulgando a indignação da comunidade a respeito daquela rodovia. Para que os senhores tenham uma ideia, no dia 22 de dezembro de 2012 o governo do estado liberou a ordem de serviço para a recuperação da rodovia, que apenas foi iniciada no dia 1º de abril de 2013, mais de quatro meses depois de ter sido dada a ordem de serviço.

Trabalhou-se por um período, mas ficou mais perigoso do que estava antes. No início de novembro de 2013, a obra foi paralisada, pasmem os senhores, e até o presente momento sem solução. Há declarações de que a empresa, que ficou em sexto lugar, vai tocar a obra, mas não há uma ação efetiva para fazer o contrato e iniciar a obra, e já aconteceram dezenas, centenas, ou seja, inúmeros acidentes. Não se trata apenas de uma rodovia em má condição, mas de uma rodovia que, além de tudo, teve suas obras iniciadas, depois, paralisadas novamente, tornando o trecho ainda mais perigoso.

Ao passar por lá as pessoas desviam, mas nem sempre há como desviar, principalmente quem mora na região, deputado Daniel Tozzo, v.exa. que conhece a região, estive lá na semana passada conversando com as pessoas, e vi o estado lastimável que se encontra a SC-355, com obras paralisadas, repito, desde novembro do ano passado. Nos meses de março e abril dava vontade de chorar quando passávamos por lá, porque víamos pessoas com carrinho de mão, no interior chamamos de carriola, com dois quilos de massa de cimento, supostamente, fazendo canaletas para dizer que a obra não foi paralisada.

É lamentável o descaso absoluto com relação àquela rodovia. Esperamos que haja uma solução o mais rápido possível, já fizemos esse apelo aqui anteriormente. Se a empresa não está tocando, temos que romper o contrato. Existem meios jurídicos para fazer isso. Quando a empresa parou a obra, em novembro, já era para ter sido feita uma nova licitação, pois já teríamos uma nova empresa e não estariam lá os perigos ocasionados pela paralisação da obra.

Quería, por fim, mencionar duas rodovias federais. A primeira delas refere-se à BR-153, pois foi liberado ontem no km² e no km5, o trecho do Rio Grande do Sul, que faz divisa com Santa Catarina, que ficou por 30 dias paralisado e onde houve grandes desmoronamentos. No início das sessões de junho, pedimos agilidade, sugerimos inclusive a presença do Exército para ajudar.

No primeiro dia foi desanimador porque tinha uma máquina trabalhando que parecia quase um descaso, mas, felizmente, as vozes que se levantaram foram ouvidas, fizeram lá quase uma operação de guerra com dezenas de máquinas trabalhando numa operação realmente de grandes forças para fazer um novo trecho de estrada de 900m.

Portanto, um pedaço grande, detonando rochas, fazendo o desvio. Mas finalmente a BR-153, ontem, exatamente às 14h30 foi liberada para tráfego no trecho do km² ao km5, no Rio Grande do Sul, que faz divisa com Santa Catarina, trazendo alívio, não apenas para os transportadores, mas também para os moradores da região, para os comerciantes que também precisavam, não apenas do restabelecimento da rodovia, mas, principalmente, de trafegabilidade para o seu comércio. Para se ter uma ideia, um posto de gasolina que vendia 100 mil litros de óleo por dia chegou a baixar essa quantidade para quatro mil. Então, quero dizer que houve uma grande operação para recuperar esse trecho que, agora, está sendo retomado.

A segunda questão que gostaria de abordar, diz respeito a BR-282, que está precisando de melhorias. Mas sobre isso vou abordar na sessão de amanhã, porque preciso retomar esse tema sobre as nossas rodovias catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Findo o horário reservado às Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses e sras. deputadas, retorno à tribuna neste momento, agora, em nome do meu partido, para falar sobre um assunto que julgo importante para Santa Catarina: a exportação de suínos e aves do nosso estado. Quero também falar sobre matérias que repercutiram nos jornais de Santa Catarina sobre o fato de o nosso estado exportar suínos para a Argentina.

(Passa a ler.)

“Santa Catarina está prestes a vender suínos vivos para a Argentina. O nosso estado já é líder nacional na venda de carne de porco com 86 mil toneladas exportadas, apenas no primeiro semestre de 2014, que equivalem a US\$ 280 milhões, mas não temos a tradição de vender suínos vivos. - Não há registro disso, pelo menos nos últimos dez anos - disse o fiscal agropecuário do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Pinto Ferreira.

Quatro médicos veterinários do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária da Argentina (Senasa) estão no Brasil desde segunda-feira, para fazer uma auditoria no sistema de controle sanitário do ministério da Agricultura (Mapa) e na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc. Na segunda-feira eles estiveram, em Brasília, no ministério e, na terça-feira, eles visitaram a superintendência do Mapa, em Santa Catarina. Na quarta-feira visitaram escritórios da Cidasc [...]”

Enfim, queremos destacar mais esse caminho que está se abrindo para Santa Catarina: a exportação de suínos para a Argentina. Temos no estado uma região produtora de carne, mas a atividade dos suinocultores é de altos e baixos ao longo da história. Vejam que as famílias de suinocultores estão bastante reduzidas. Há, inclusive, os chamados megaprojetos em relação a isso. Mas não tenho dúvidas de que a produção de carne suína representa muito para a economia catarinense e que aqueles abnegados suinocultores têm agora uma perspectiva maior com essa exportação.

Quero destacar, inclusive, uma declaração do presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, sr. Losivanio de Lorenze, que diz que a procura por suínos vivos em Santa Catarina comprova a qualidade da carne, do material genético catarinense. O Brasil é importador de material genético, mas a venda para a Argentina pode divulgar o estado como referência na suinocultura. Ele acredita que, graças ao trabalho de melhoramento genético, o estado pode também se tornar o exportador de reprodutores.

Quero fazer uma homenagem a uma empresa muito importante para o país no melhoramento genético, na produção de alimentos, a Embrapa, que tem se fortalecido desde o governo do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. Saiu, inclusive, um programa chamado PAC Embrapa. Fala-se do PAC para obras, mas o PAC Embrapa fortaleceu a Embrapa.

Acho até que podemos fazer um comparativo de opositos sobre a visão de uma empresa estratégica pública federal e das empresas agrícolas neste estado. Se observarmos o que aconteceu com a Epagri e com a Cidasc nos últimos anos, veremos que foi exatamente o contrário do que aconteceu com a Embrapa. Enquanto ocorreu um fortalecimento da Embrapa, com o PAC Embrapa trazendo recursos, na Epagri e na Cidasc, houve um verdadeiro esvaziamento. Em alguns municípios, a Epagri funciona porque os municípios colocam combustível para rodar com os carros da empresa. Se não fosse pelas parcerias com as prefeituras, a grande maioria dos escritórios da Epagri já estaria fechada.

Nesse período aproveitamos para falar com diversas pessoas que atuam nesta área, que nos mostraram a penúria em que essas empresas se encontram, bem como com os prefeitos, que têm feito parcerias para manter empresas públicas importantes para a Cidasc e a Epagri.

Portanto, gostaríamos que o estado de Santa Catarina passasse a ver com outros olhos essas empresas da área agrícola, para que possamos continuar nesses níveis importantes de produção agrícola. Falei aqui sobre o melhoramento genético, para o qual a Embrapa contribuiu de forma decisiva. As empresas catarinenses são competentes, mas precisam de uma melhor estruturação, de uma visão mais fortalecida para que possam continuar prestando serviços aos catarinenses.

Assim, gostaria de dizer que temos a expectativa de que o suinocultor, com a porta que se abriu da exportação para a Argentina, possa continuar produzindo os alimentos que tanto necessitamos para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Vou falar sobre segurança pública, ou melhor, sobre a insegurança pública que afeta o conjunto da população catarinense. Vou começar por lamentar o óbito, por assassinato, do policial militar, Jailson Carniel, da cidade de Campos Novos, neste final de semana. Um jovem policial de 36 anos, há 11 anos na corporação da Polícia Militar, que deixa duas filhas.

Marginais de reputação conhecida, já presos no passado pelo soldado Carniel e seus companheiros, executaram-no quando passava por um determinado local, a tiros, sem a menor chance de defesa. Nossa homenagem a esse grande companheiro. Mais um que tomba, deixa a vida, a família, os companheiros, as filhas, na tarefa de tentar garantir a segurança pública para a população catarinense.

Da mesma forma, esse tipo de ocorrência tem-se tornado comum em outros lugares do estado. Há cerca de duas semanas, aqui mesmo em Florianópolis, na comunidade Chico Mendes, dois jovens policiais militares abordaram um veículo e no momento em que estavam revistando os ocupantes do veículo, uma moto, com dois indivíduos, passou pelo local e disparou contra os dois jovens policiais que, felizmente, não morreram, mas saíram gravemente feridos, com vários tiros, inclusive, na região abdominal e torácica. Em seguida, verificou-se o porquê. O carro abordado carregava drogas e armas. Registre-se que a munição usada contra os dois policiais era calibre 45, que somente as Forças Armadas podem usar. E essa fragilidade na segurança pública que atinge, por vezes, de forma fatal, trabalhadores honestos que dão a vida para defender a sociedade, infelizmente, é uma situação que aflije o conjunto da população.

Nas últimas semanas, nos últimos meses, há uma política de se tentar mostrar que tem efetivo policial militar nas ruas. O chamado Pacto por Santa Catarina quer mostrar, na realidade, aquilo que mostra nas telinhas de televisão, a ponto de o comandante da Polícia Militar suspender por decreto férias, licenças e qualquer coisa, em tese, até o final de ano.

Mas evidentemente que isso é apenas para garantir que neste período de eleição, neste período eleitoral, a sociedade perceba alguma coisa parecida com a propaganda que se vê na televisão. É evidente que é bom ter mais policiais nas ruas e todos nós, inclusive eu, sinto-me mais seguro vendo mais policiais nas ruas, mas é preciso que a sociedade saiba também que, do muito que se mostra hoje, é aquilo que vai faltar no ano que vem. As licenças canceladas agora vão ficar acumuladas nos próximos anos. É preciso que a população saiba que não está tudo resolvido de uma hora para outra. Vamos demorar a resolver o problema da falta de segurança em Santa Catarina. Foram décadas perdidas, de enfraquecimento das instituições públicas em geral e, da segurança, em particular. E aí se pode demorar, com certeza, muitos anos para reverter esse processo, isso se efetivamente se quiser reverter, de fato, e não apenas na propaganda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, demais amigos que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e quem nos acompanha aqui em nossas galerias.

Quero registrar a audiência realizada na última quarta-feira com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sr. Neri Geller, acompanhado de vários presidentes de cooperativas e do secretário de estado da Agricultura e da Pesca, em que tratamos da política de garantia de preços mínimos do governo federal com foco na lavoura do arroz, uma vez que nos últimos dez anos o preço tem-se mantido sem reajuste e há uma preocupação muito grande da cadeia produtiva do arroz com relação a essa política de preço mínimo em função de, numa eventual crise, com a intervenção do governo federal no mercado, o produtor ter um prejuízo muito grande.

Assim, nessa audiência, levamos uma pauta sobre custo de produção e o preço que hoje está garantido a R\$ 25,00 e que, na verdade, não cobre nem o custo da lavoura. E o ministro assumiu um compromisso de até o final de ano fazer um reajuste para R\$ 27,25 a saca de 50 kg, bem como foi montado um grupo de trabalho entre a câmara setorial da cadeia produtiva de arroz de Santa Catarina, o Irga do Rio Grande do Sul, a Conab, o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina para fazer um estudo e chegar ao custo real da produção do arroz.

Fala-se muito em grandes empresas vindo para Santa Catarina, grandes projetos, mas somente as oito mil famílias que vivem do arroz em Santa Catarina, por ano, giram, na cadeia produtiva e no mercado de beneficiamento, entre produção, máquinas agrícolas e insumos, alguns bilhões de reais, que têm feito a diferença na economia, principalmente a do litoral catarinense e a do médio e alto vale do Itajaí.

Por isso, é uma conquista importante que quero registrar aqui em nome da cadeia produtiva do arroz de Santa Catarina, um passo a mais, o reconhecimento por parte do ministro quanto à defasagem do preço mínimo do arroz para Santa Catarina. Pois, hoje, o preço de mercado está acima desse, mas quando existe uma crise ou plano de seguro agrícola, ele é baseado no preço mínimo do governo federal para as indenizações aos produtores ou quando precisa de um investimento maior com relação aos custos de produção.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz já registra, apesar de existir há dois anos, alguns ganhos, entre eles, a renegociação da dívida dos agricultores de Santa Catarina, que foi um ganho nas negociações feitas pela referida câmara junto aos agentes financeiros e ao ministério da Agricultura e da Pesca, porque toda a legislação ambiental, o novo código, levou em consideração as áreas consolidadas de arroz e a preocupação que o produtor tem com relação ao meio ambiente, bem como o preço mínimo também dos produtores de semente sobre os investimentos do governo do estado em pesquisa e extensão rural nessa área.

É bom lembrar a importância dessas duas empresas, a Epagri e a Cidasc, que foram citados há pouco pelo deputado Neodi Saretta, e também das empresas da agricultura. É preciso que o governo se atente, pois hoje somos líderes em agronegócios em diversas atividades, mas, ao mesmo tempo, precisamos de novos investimentos no setor da pesquisa, contratação de novos técnicos, novos pesquisadores na área da extensão rural e na de sanidade animal, sendo que a Cidasc hoje está terceirizando muitos dos seus serviços por falta de funcionários.

E a secretaria de Estado da Agricultura, deputado Neodi Saretta, possui hoje apenas 18 funcionários efetivos, pois 65 funcionários são emprestados da Epagri e da Cidasc e 27 são comissionados, sendo que destes, muitos não têm formação profissional com foco na área da agropecuária catarinense e da pesca. Por isso, é uma área carente que precisa da atenção do governo.

E quero aproveitar este momento, para chamar a atenção do secretário da Agricultura e do secretário Cavallazzi porque, mesmo já estando em agosto, os funcionários da Epagri e da Cidasc ainda não tiveram seu acordo coletivo de trabalho assinado, denotando uma falta de reconhecimento por parte dessa estrutura aos relevantes serviços que esses funcionários têm prestado à agropecuária e também à pesca catarinense.

Por isso, é importante que o secretário da Fazenda, que o Conselho de Política Financeira do Estado, atenda os sindicatos da categoria, que representam a Cidasc, a Epagri e outras empresas do gênero, reconheça o seu esforço e assine o acordo

coletivo. Os funcionários estão desde o mês de maio aguardando e agora, mesmo não tendo grandes avanços em termos de negociação, mesmo assim, não estão tendo suas reivindicações atendidas. E uma delas é o compromisso do governo de elaborar, no próximo ano, um Plano de Cargos e Salários para os funcionários do setor agrícola catarinense, uma vez que os funcionários da Fazenda já possuem, assim como os da Segurança Pública e de outras áreas, mas a produção de alimentos ainda não, e se quisermos continuar produzindo, aquecendo a cadeia de emprego, já que o agronegócio catarinense é o grande responsável pelo *superávit* da balança comercial de Santa Catarina, precisamos voltar a valorizar os engenheiros agrônomos, os técnicos agrícolas, os médicos veterinários, os extensionistas e os pesquisadores, bem como o setor de defesa de sanidade animal da Cidasc, que é responsável pelo Certificado Livre de Febre Aftosa de Santa Catarina, que permite ao nosso estado exportar carne de frango, de porco e de boi para qualquer parte do mundo. Só está faltando agora que o grande patrão, que é o governo do estado, reconheça e valorize a carreira e os profissionais da área agrícola.

Por isso, como engenheiro agrônomo e funcionário de carreira da Epagri, quero registrar esse pedido ao governo do estado e também que o Conselho de Política Financeira receba, de uma vez por todas, os sindicatos, que negocie e assine o acordo coletivo de trabalho para dar mais garantia, mais liberdade, mais tranquilidade para que os funcionários do setor agrícola possam tocar suas funções, que são de extrema necessidade para os agricultores familiares de Santa Catarina. Nós temos muito que nos orgulhar pelo trabalho desenvolvido por esses funcionários.

E quero destacar a importância dos trabalhos de pesquisa científica, de extensão, da Epagri; e de sanidade animal, da Cidasc, deputado Kennedy Nunes, que levam conhecimento e tecnologia porteira dentro da Agricultura Familiar de Santa Catarina e, por isso, precisam, de uma vez por todas, ter o reconhecimento do governo do estado, da secretária da Agricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectador da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e sociedade que prestigia este Parlamento na tarde de hoje, vou fazer algumas considerações que entendo importantes para o sul do estado.

Depois de três anos de muita luta, de muito trabalho, de muitas viagens à Itália, veio a quarta metalúrgica do mundo para Santa Catarina, a Cimolai. Ocorreu um problema com o representante no Brasil, mas ela acabou voltando, custando-nos o dobro do trabalho para convencê-la a vir para Santa Catarina.

Na sexta-feira da semana passada, vivemos um momento extraordinário, um

momento marcante quando a Cimolai assinou a escritura, em Içara, para começar a construir a sua fábrica no Brasil. Essa empresa fabrica o navio cruzeiro, fabrica tubulação para petróleo no mundo inteiro, é campeã em porto no mundo inteiro e virá para Santa Catarina, com certeza, para contribuir com o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país.

Essa empresa tem uma fábrica na Venezuela, mas em razão de um problema naquele país a Cimolai está fechando a fábrica para atender o Mercosul por Santa Catarina. V.Exas. fazem ideia do que isso significa para nós, em Santa Catarina?

Então, depois de "n" viagens à Itália, depois de detalhes e mais detalhes, conseguimos fazer com que uma empresa de alta tecnologia fosse instalada no sul do nosso estado. E por que ela será lá instalada? Porque a representação de 20% deste Parlamento, a nossa luta intensa para ter o porto de Imbituba e o aeroporto de Jaguaruna atraiu para que fosse instalado esse investimento no sul do estado. Por isso estamos, evidentemente, muito felizes por saber que uma grande empresa vai ser instalada no sul de Santa Catarina.

Mas o sul do estado está vivendo um dos grandes momentos da sua história, pois também um grupo americano visitado pelo senador Luiz Henrique da Silveira e por mais um grupo de representantes, recebido depois também, nos Estados Unidos, pelo governador e mais alguns deputados desta Casa, definiu um investimento de US\$ 3 bilhões no sul do estado para fazer fertilizante do carvão. Não haverá poluição alguma! Até a poeira vai ser utilizada nessa outra empresa de alta tecnologia.

Com isso, é ganho real para o sul de Santa Catarina, pois ao construirmos a BR-101 até Palhoça tivemos um prejuízo de R\$ 36 milhões de investimentos perdidos em nossa região. Por quê? Porque chegou a Palhoça e o sul ficou abandonado. Mas depois de uma luta sem limite conseguimos fazer com que saísse a BR-101, que ainda não está concluída, deixando um prejuízo de R\$ 36 milhões, segundo levantamento feito pela Fiesc. E agora estamos tentando nos recuperar com muita rapidez, porque a nossa região tem um potencial muito forte, viveu muito abandonada, mas é um gigante que estava adormecido e que conseguimos acordar. Mas está na hora desse gigante dar um pulo de qualidade na nossa região.

Por isso, queremos registrar os momentos importantes, caro deputado Edison Andrino. Depois de toda aquela luta, depois de trancar a obra da Serra do Faxinal por quatro anos, em razão da questão da perereca, hoje temos de volta a obra que vai ligar Araranguá, Praia Grande, a Cidade dos Canyons, Itaimbezinho, e que vai ligar Canela, Gramado e Caxias do Sul, sendo que esse trajeto poderá ser feito em uma hora e meia. Serão quase 200km a menos. Então, será um ganho real para o sul do estado de Santa Catarina e para o norte do estado do Rio Grande do Sul.

Depois de uma luta sem limite conseguimos reverter o processo da questão da perereca. Mas quem é que vai pagar a conta? O obra irá custar R\$ 27 milhões a mais. Quem é que vai pagar essa conta? A procuradora federal da República é que deveria pagar a

conta, porque foi ela que entrou com uma ação! Mas quem vai pagar a conta será o povo. A obra iria custar R\$ 27 milhões e agora vai custar R\$ 54 milhões, aproximadamente. Então, quem irá pagar a conta será o povo!

No ano passado, a ministra Ideli Salvatti entregou a ordem de serviço da BR-285, que ligará Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. E vai cair tudo em Araranguá, pelo norte do Rio Grande do Sul. Faltam apenas 22km. Foram 30 anos de luta deste parlamentar e agora vamos começar a colher os frutos em nome de toda a sociedade que representamos.

Esperamos que essa obra seja realizada em dois anos para que possamos ter todas essas ligações e transformar o sul de Santa Catarina no maior polo turístico do nosso estado. O turista irá percorrer o trecho entre o mar e a serra em uma hora. Ele poderá ficar na praia até as 14h e depois subir a serra para conhecer Canela, Gramado, Caxias do Sul, a BR-285, São José dos Ausentes, Bom Jesus e apreciar aquelas belezas naturais que só o Brasil proporciona ao povo do mundo inteiro. Nós, que visitamos muitos países, não conhecemos um lugar com tanta beleza como o Brasil.

Então, estamos vivendo um grande momento. O sul do estado ainda precisa de muitos investimentos, ainda precisa alavancar a segurança do homem do campo, porque para mim quem faz a riqueza deste país é o produtor. Nós temos ainda muitos setores para serem trabalhados e não podemos nos empolgar por ter trazido grandes empresas e esquecer daquelas que deram sustentação até agora e geraram emprego e renda. Elas não podem, nem devem, ficar esquecidas. Temos que ter uma visão global do que é importante no setor.

Então, acreditamos que agora, com mais um parlamentar do sul, deputado Carlos Stüpp, temos mais uma bandeira para ajudar a desenvolver a nossa região.

Hoje, se a nossa região está recebendo investimentos é fruto do grande trabalho do aeroporto de Jaguaruna e do Porto de Imbituba, que é o porto mais seguro hoje para o nosso estado, porque o calado é no mar, o que permite atracar navios de 380m.

Então, esses investimentos são muito importantes, tanto o porto quanto o aeroporto, e, tendo a BR-101 para escoar a produção, empresas e mais empresas vão instalar-se aqui para gerar emprego e renda, dando mais qualidade de vida aos catarinenses, porque esse é o grande compromisso que temos com o sul do nosso estado e com Santa Catarina.

Quero deixar registrado este momento de luta e de um trabalho que dura 32 anos, construído em cima de trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade ao povo e à região do sul do meu estado. Eu tenho compromisso e trabalho com todos os projetos de Santa Catarina, mas o coração está lá naquela região que garante a continuidade do meu trabalho. Estou no sexto mandato!

Então, quero, meu caro presidente, agradecer, deixar o meu abraço a todos os srs. Parlamentares e dizer que chegou a vez do sul

de Santa Catarina. Queremos o apoio de todo o Parlamento para que possamos melhorar a qualidade de vida daquele povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência comunica, com pesar, o falecimento do excelentíssimo senhor pastor Itamar Oliveira e Souza, que foi presidente da Assembleia de Deus no município de Praia Grande, lá no sul. Ele faleceu vítima de um AVC - Acidente Vascular Cerebral. Ele estava internado há alguns dias na cidade de Criciúma e acabou indo a óbito. Deixa a esposa, Maria Fernandes de Souza, uma filha, um genro e uma neta. Ele acaba de ser sepultado na cidade de Praia Grande.

Esta Presidência também comunica, com pesar, o do falecimento do senhor Apolinário Francisco, da cidade de Sangão, aos 92 anos. Ele foi um dos fundadores da antiga Rua do Fogo, no município do Sangão e era meu tio-avô, irmão do meu avô materno, que neste momento está sendo sepultado no município de Sangão, lá no sul do estado também. Portanto, a essas duas famílias, a do pastor Itamar Oliveira e Souza e a do senhor Apolinário Francisco, os nossos mais sinceros votos de sentimentos e condolências. Pedimos que à assessoria da Casa envie mensagem de condolências às famílias enlutadas, em nome da Assembleia Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoas que estão aqui no plenário acompanhando esta sessão. Gostaria de deixar novamente registrado aqui a minha felicidade em voltar a ocupar uma cadeira nesta Assembleia Legislativa para dar continuidade aos trabalhos já iniciados e prosseguimentos a alguns projetos que julgo importante à sociedade catarinense. Um deles, volto a reafirmar a importância, trata do ocorrido logo após o jogo entre Joinville e Avaí, quando, infelizmente, mais uma vez, alguns marginais, não sei se deve usar esse termo, mas alguns torcedores, mal-intencionados, acabaram fazendo uma tocaia para a torcida do Avaí, e continuaram toda aquela briga que, parece, não tem fim.

E continuaram toda essa briga que parece não ter fim. Briga lá; vem para Floripa, briga aqui; vai para Joinville, briga lá; vai para Criciúma, briga também. Então, é uma briga que não tem fim, enquanto alguns marginais, alguns torcedores mal-intencionados estiverem dentro dessas torcidas organizadas, como dizem popularmente, tocando o terror dentro dessas torcidas.

É por isso que há um projeto de lei tramitando aqui na Assembleia, de minha autoria, pedindo que as torcidas organizadas tenham os seus cadastros em dia e os enviem para a Polícia Civil a fim de facilitar a verificação dos membros das torcidas. Aqueles que têm passagem criminal, que têm passagem pela polícia, que sejam extirpados das torcidas organizadas aqui em Santa Catarina para não fazer o que vêm fazendo, ou seja, praticando

violência, amedrontando as famílias que querem participar do espetáculo, que querem apenas ir lá assistir e torcer, pacificamente.

Então, torcida organizada não é lugar para marginal, não é lugar para bandido, e por isso, fizemos esse projeto para que sejam extirpados das torcidas organizadas esses delinquentes que se dizem torcedores e se aproveitam desses momentos para praticarem violência.

Quero também fazer coro à Aprodança - Associação de Profissionais da Dança de Santa Catarina -, que vem pedindo algo que já foi firmado com a secretaria de estado da Educação e com a Udesc, que é um curso de graduação em dança. Infelizmente, isso vem se arrastando e essa implantação está demorando.

Então, quero fazer coro a todo esse movimento que pede esse curso de graduação em dança em Joinville para que, o quanto antes, o governo do estado, a secretaria da Educação, que firmou o referido curso com a Udesc e com os profissionais de dança em Santa Catarina, inicie a sua implementação.

Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa voz também, engrossando esse coro para que esse curso seja criado o quanto antes na Udesc. Também quero parabenizar os professores e alunos da Associação de Hapkido, de Joinville, que foram a Piratuba e foram os grandes vencedores do torneio, que teve vários primeiros e segundos lugares.

Então, deixo os parabéns a essa equipe que muito bem nos representa e que faz um trabalho social belíssimo lá no bairro Paranaquimir, que realmente inclui muitas crianças e muitas famílias.

Então, os meus parabéns e seria isso por hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Muito obrigado, sr. presidente.

Ficou combinado com o deputado Maurício Eskudlark que dividiríamos o tempo, sr. presidente.

Vou iniciar cumprimentando todos os srs. deputados, àqueles que se encontram aqui na Casa, nesta tarde, os que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e os que nos assistem pela TVAL.

Nesse período de recesso desta Casa tive a oportunidade de visitar muitos municípios, muitas lideranças, de percorrer o oeste de Santa Catarina verificando as obras que estão acontecendo, que são extremamente importantes, e também conferir os estragos causados pelos alagamentos no oeste catarinense há 40 dias, vendo de perto todo o transtorno causado, como muito bem colocou o deputado Neodi Saretta, em seu pronunciamento. E eu quero enfatizar a importância desses transtornos, porque inviabilizam, não apenas os postos de combustíveis, como citado anteriormente, mas também transportadores que recebem o mesmo valor de frete para fazer um percurso maior.

Todos esses transtornos têm prejudicado muito essas empresas, o nosso oeste e toda a população.

Mas quero falar também sobre algumas reuniões das quais participei, em entidades importantes e secretarias, a exemplo da secretaria Regional de Chapecó, com o secretário Américo do Nascimento, que muito bem nos atendeu, juntamente com alguns empresários, Sicom e CDL; também com o prefeito de Cordilheira Alta; e na Acic, de Criciúma. Por que citei essas três reuniões que fiz? Porque os assuntos debatidos lá foram os mesmos. Na reunião levei uma folha branca pedindo que as entidades, a prefeitura, que as secretarias anotassem o trabalho que devemos fazer em Florianópolis para buscar recursos.

Realmente, são muitas reivindicações e acho que o oeste se desenvolve de maneira acelerada, mas fico feliz, por outro lado, porque há dois anos quando fui fazer essa mesma reunião, deputado Kennedy Nunes, as reivindicações eram muito maiores. Guardo essa pauta de reivindicação e vejo que muito disso já está acontecendo e já aconteceu. Então, vemos que as obras estão ocorrendo e isso certamente vai trazer desenvolvimento.

Em relação à Acic, ao Sicom e ao CDL vou retornar lá para levar todas as respostas, se possível, na semana que vem, para que possamos dar continuidade ao trabalho iniciado. Em relação à questão da infraestrutura muito já debatemos: a construção do contorno viário leste, a duplicação da BR-282, a revitalização, a implantação da terceira pista na SC-283, principalmente no trecho de Chapecó a Palmitos, onde a situação está mais complicada.

Caberia nesta lista a SC-157, o acesso a Chapecó, elevado da BRF, contorno viário oeste, o elevado do trevo da BR-282 e a SC-157, que liga Chapecó a São Lourenço. Tudo isso está acontecendo, deputado Maurício Eskudlark, de forma acelerada e já saiu da pauta de reivindicações de entidades totalmente importantes.

A isso temos que ser gratos e pedir continuidade, mas que permaneça na pauta a construção do contorno viário leste. Creio que os municípios de Chapecó e Cordilheira Alta muito serão beneficiados, pois era um trecho onde tínhamos sérios problemas. O município de Cordilheira Alta, que possui uma das maiores rendas *per capita* do estado de Santa Catarina, chegou ao ponto de não ter mais local para instalação de empresas para crescimento, pois não havia rodovia. Nas outras regiões, o trecho de declividade é bastante acentuado.

Nós conseguimos uma área entre Cordilheira Alta e Chapecó privilegiada para a implantação de empresas, e essa obra está com um projeto muito bonito, moderno, bem realizado e que vai trazer, certamente, um grande salto, desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para a nossa região.

A outra grande obra é o projeto da Casan, que já está em fase de licitação e logo teremos o início dessas obras. Certamente Chapecó iria parar no tempo sem essa obra, assim como Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, pois sem água as empresas, as grandes empresas principalmente, por ser uma região muito produtiva, não teriam condições de

desenvolver um grande trabalho, uma grande obra e grandes investimentos.

Então, pedimos realmente que esse projeto seja acelerado ao máximo e que os pedidos de perfuração de poços artesianos comecem a parar, porque o Aquífero Guarani tem que ser preservado. Creio que essa obra vai trazer grande benefício a toda população e satisfação de não termos mais que ficar brigando com a Fatma para perfurar poços artesianos, garantindo água para esses quatro municípios, para os próximos cinquenta anos.

Tenho outros assuntos, com relação, principalmente, à Associação Comercial e Industrial de Chapecó, sobre os eventos que serão promovidos nos próximos meses e também sobre a segurança pública. Mas ainda nesta semana quero voltar à tribuna para comentar sobre eles. Deixo o pedido para que o governo continue todas essas obras em ritmo acelerado para que consigamos concluí-las.

Deixo o restante do tempo do partido para o deputado Maurício Eskudlark se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem, ainda, ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, apenas queria registrar que todos recebemos os convites para a formatura das policiais militares que, agora, sexta-feira, concluem o curso de formação.

Foi uma luta desta Casa essa formação, pois essas policiais tinham alcançado média, mas sobraram vagas masculinas e elas não puderam assumir. Depois de muita luta o governador Raimundo Colombo determinou e o comando-geral cumpriu. Houve a aula inaugural no auditório do Tribunal de Contas e agora recebemos o convite para a formatura dessas policiais. Isso traz alegria e melhora a segurança no estado. Essa é uma grande ação de governo e também uma grande ação na vida dessas novas policiais, dando a sua contribuição para o estado de Santa Catarina.

Esse é um bom momento para elogiar o comandante-geral da Polícia Militar, porque nós já vimos as mudanças no policiamento de Santa Catarina com a presença de policiais nas ruas, até a noite. Essa é uma mudança de postura, temos um comandante que está realmente colocando a polícia nas ruas, próxima do cidadão. Em alguns municípios há algumas reclamações sobre o fato de os policiais irem às ruas com a ação de agente de trânsito. Acho que os municípios têm que assumir essa função, pois o policial militar tem uma missão imprescindível, que é a segurança pública.

Então, o comando policial tem que se voltar aos seus agentes, a sua ação para a aproximação da comunidade, para um bom entendimento com o cidadão de bem, ganhando seu respeito, amizade e parceria. O policial precisa ter a reciprocidade do cidadão, a harmonia, o respeito pelo seu trabalho e não ser temido por ter a caneta nas questões de trânsito.

Vejo que o comando-geral tem dado um incentivo no sentido de que o policial seja um agente de segurança pública e não um agente de trânsito. Essa ação pode ser delegada aos municípios.

Para finalizar, quero parabenizar a Polícia Militar e o governo do estado pelo trabalho que está sendo feito, pelo aumento do efetivo que ocorreu e que foi visível, está aparecendo o resultado nas ruas. E quero parabenizar as novas policiais militares de Santa Catarina que na próxima sexta-feira estarão se formando. Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0184/2014.

Comunica, ainda, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0090/2014.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0121/2014.

Passo a Presidência desta sessão ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0601/2013, em primeiro turno, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que denomina Miguel José Boabaid o acesso estadual compreendido entre o entroncamento da SC-100 ao farol de Santa Marta, no município de Laguna.

Conta com o parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei n. 0090/2014, de autoria do Poder Executivo, que autoriza permuta de imóvel para construção de unidades administrativas do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei n. 0247/2013, de autoria do Poder Executivo, que revoga as Leis n.s 14.965, de 2009, que autoriza concessão de uso de imóveis no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 376, de autoria do deputado Valmir Comin; 377, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 378, 379, 380, 384, de autoria do deputado Neodi Saretta; 381, de autoria do deputado Jailson Lima; 382, 383, de autoria da deputada Angela Albino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 653, 654, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 681, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 682, 683, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 684, de autoria do deputado Ciro Roza; 685, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 686, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 687, de autoria do deputado Marcos Vieira; 688, de autoria do deputado Neodi Saretta; 691, de autoria Dirceu Dresch; 692, 693, 694, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 695, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 696, 0697, 0698, 0699, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 700 e 701, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes Requerimentos:

Requerimento n. 689, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das Operadoras de Telefonia Móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, pedindo a instalação de torres de telefonia móvel e sua expansão nas comunidades do interior do município de Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 690, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das Operadoras de Telefonia Móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, pedindo a instalação de torres de telefonia móvel e sua expansão nas comunidades do interior do município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 702, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento dos trabalhos da CPI das Águas, pelo prazo de 120 dias, observado o limite máximo final da presente legislação, com fundamento no

entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 76, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à Presidência e à Superintendência Regional do Incra, solicitando medidas imediatas para o assentamento das 60 famílias que se encontram no município de Águas Mornas, em outra área apropriada para este fim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 54, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações referentes às eleições do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência saúda o deputado Nilson Berlanda, que retorna para esta Casa Legislativa.

Está encerra a Ordem do Dia.

Senhoras deputadas, Dirceu Heiderscheidt, Ana Paula Lima, Angela Albino, senhores deputados, no dia de ontem celebramos 165 da morte da heroína dos dois mundos, a nossa grande lagunense, Anita Garibaldi. E, coincidentemente, no dia da celebração de mais um aniversário de morte de Anita Garibaldi, Santa Catarina perdeu outra ilustre catarinense, d. Kyrana Lacerda. Uma mulher extraordinária, deputada Angela Albino, v.exa. que conviveu com ela, como tantos aqui, sabe disso.

Ela destacou-se como uma atuante primeira-dama de Santa Catarina no curto período em que o visionário Jorge Lacerda governou este estado, entre os anos de 57 e 58.

Dona Kyrana teve um papel extraordinário como primeira-dama e mesmo depois da prematura morte do governador Jorge Lacerda, que foi sucedido pelo último tubaronense eleito vice-governador do estado, Heriberto Hülse, que assumiu o governo após o acidente aéreo que vitimou o governador Jorge Lacerda, o deputado Leoberto Leal e o senador Nereu Ramos; continuou mesmo não tendo mais o marido na atividade política, dedicando-se às causas sociais da cidade, dispensando sempre uma atenção muito especial às pessoas mais necessitadas, às mulheres, às crianças carentes. Foi uma perda lamentável em que

pese já a idade avançada que tinha d. Kyrana e o sofrimento que a doença vinha lhe impondo nos últimos tempos.

Esta Casa, tenho certeza, falo não apenas em nome das deputadas, mas em nome de todos os deputados e servidores, manifesta profundo sentimento de dor e de solidariedade plena à família pela sua passagem.

E coincidentemente, deputada Angela Albino, d. Kyrana faleceu exatamente no ano em que esta Casa vai celebrar, de forma solene, no final do mês de outubro, o centenário de nascimento do governador Jorge Lacerda. Passadas as eleições teremos uma grande solenidade, uma série de comemorações celebrativas ao centenário de nascimento do grande catarinense adotado, já que ele nasceu na cidade de Paranaguá, no estado do Paraná, e aqui, durante o pouco tempo em que governou este estado, empreendeu muito em favor dos catarinenses.

Por isso, manifesto a nossa solidariedade a toda família Lacerda em nome dos 40 integrantes desta Casa pelo passamento e sepultamento, no dia de ontem, da já saudosa ex-primeira-dama e grande personalidade desta cidade de Santa Catarina, d. Kyrana Atherino Lacerda.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, peço desculpas ao deputado Edison Andrino, não havia percebido sua presença em plenário, mas as comemorações que vão destacar a vida, a obra de Jorge Lacerda e que vão fazer esta Casa marcar o seu centenário de nascimento são lideradas

pelo referido deputado que preside a comissão que esta Presidência constituiu. Aliás, iniciativa também do mesmo deputado e que está se empenhando muito. Vamos celebrar com a participação de v.exas. em grande estilo porque essa história merece ser marcada.

Por isso, cumprimento v.exa, deputado Edison Andrino, porque sei da sua admiração por d. Kyrana Lacerda e deve ter sentido bastante o seu passamento. O deputado Edison Andrino lembra que a velha guarda da UDN continua muito sentida, deputada Angela Albino.

Inscrito para falar o deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, o próximo orador é o deputado Manoel Mota.

(Pausa)

A Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas para dizer que tenho viajado muito e não tive notícias do passamento da d. Kyrana, portanto, queria também deixar o meu registro de pesar. Eu convivi com ela e com sua família no ano de 2008, quando fui candidata à prefeita em Florianópolis, o seu neto, Tico Lacerda, foi meu vice, e com isso conheci melhor a história da família. Aliás, a família tem um vídeo belíssimo sobre a história

de Jorge Lacerda, o qual esta Casa teve a oportunidade de apresentar ao povo catarinense. Por isso, quero deixar a minha solidariedade em nome dos netos, em particular, ao neto Jorge Lacerda, que presta um grande serviço ao esporte brasileiro, que é projeção nacional, e também ao meu amigo, Tico Lacerda. Meus sentimentos a toda família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Comemoração aos 180 anos de Instalação do Parlamento Catarinense.

Eu faço especial convite a v.exas. sei que muitos parlamentares já nos informaram de compromissos que terão na noite de hoje, mas faço um apelo para aqueles que puderem dispensar, pelo menos parte do seu tempo, pois teremos, hoje, à noite, homenagens a todos os parlamentares que tiveram quatro legislaturas ou mais, critério que foi estabelecido. E a sessão desta noite será de reencontros também de muitos parlamentares que contribuíram para a formação, para a consolidação deste bom exemplo para o Brasil que é o Parlamento de Santa Catarina. Por isso, espero que v.exas. possam comparecer à sessão da noite de hoje.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, estimados deputados e catarinenses que acompanham esta sessão. Quero abordar um dos temas mais importantes na nossa atuação e do serviço público, que diz respeito à saúde, já que hoje se analisarmos em qualquer levantamento e opinião da população, este tema está sempre entre os mais citados.

Abordo isso porque importantes programas foram implementados nos últimos anos, e os indicadores já mostram resultados positivos em termos de saúde, mas também porque sempre precisamos buscar mais recursos para essa área. Inclusive, entendemos que o próprio governo do estado não pode ficar apenas limitado àquele mínimo constitucional exigido para a aplicação em saúde, no caso do estado 12% e dos municípios 15%, mas deveria ser mais que isso. A prioridade do Orçamento mostra a verdadeira prioridade do governo, pois se você aplica apenas o mínimo constitucional certamente não está dando a prioridade que o tema merece.

Então, defendemos um maior aumento de recursos orçamentários para a saúde e dentro desse contexto, não posso deixar de repercutir aqui, nesta tribuna, a questão dos auxílios que estão sendo concedidos para os hospitais universitários, inclusive, aproveito para fazer uma referência ao nosso Hospital Universitário de Santa Catarina, que atende tanta gente.

Santa Catarina receberá R\$ 2,2 milhões para melhorar a infraestrutura do Hospital Universitário, para modernizar suas instalações. Esse recurso faz parte do programa de reestruturação nacional, sendo que em todo o país são 24 hospitais universitários que receberão verbas para melhoria na área da infraestrutura e assistência. Esse é o segundo repasse para os hospitais universitários, pois no mês de maio houve um repasse na ordem de R\$ 100 milhões.

Assim, queríamos, além de repercutir essa notícia de forma positiva, dizer e ressaltar, mais uma vez, a importância de os programas de saúde serem voltados realmente para atender a população, principalmente aquela que mais precisa do serviço público, que

começa na porta de entrada, nas unidades básicas de saúde mantidas pelos municípios, onde o programa estratégico de saúde da família tem uma função fundamental.

Também, quero destacar que o ministério da Saúde destinou R\$ 27,6 milhões para o custeio de ações na área de média e alta complexidade. E, nesse sentido, Santa Catarina também foi contemplada com o aumento de recursos para o atendimento e custeio de alta e média complexidade.

Precisamos de ações novas e importantes para reforçar a tese de que cada vez mais a área da saúde precisa ser pensada com carinho.

Nós temos ações importantes sendo desenvolvidas e outras que, ainda, precisam ser desenvolvidas para, de fato, trabalharmos na prevenção. Mas temos em Santa Catarina, ainda, uma das grandes preocupações, que é o deslocamento de pacientes, historicamente, no estado. Nós que andamos por essas rodovias, vemos centenas de ambulâncias transportando pacientes de um lugar para outro. É verdade que em todos os locais pode-se ter todo o tipo de exame. Às vezes uma comunidade pequena centraliza um pouco de suas atividades em comunidades maiores, nas regionais, mas é verdade também que é desumano exigir de um paciente fazer 300km, 500km e até 600km para fazer exames que poderiam ser feitos no seu município ou na sua região.

Portanto, temos que fortalecer os nossos hospitais. Os nossos centros de saúde em cada uma das regiões do estado são importantes e fundamentais para que não persista essa verdadeira romaria, essa "ambulância terapia" que já foi tantas vezes falada nesta tribuna.

Mas, infelizmente, ainda, os nossos hospitais regionais, os hospitais de cidades que mesmo não sendo regionais fazem o papel de hospitais regionais, não possuem equipamentos adequados para todos os tipos de exame, para todos os tipos de tratamento e há, muitas vezes, necessidade de se fazer transferências de pacientes para locais onde tem tratamento adequado.

Para o tratamento oncológico, por exemplo, há cidades que possuem estrutura, e cito o Hospital São Francisco, de Concórdia, que tem estrutura para fazer tratamento oncológico, mas que não é credenciado pelo SUS, sendo que os pacientes têm que ser transferidos para outras cidades. Existem também exames menos complexos em diversas cidades, mas os doentes têm que ser transferidos para outros locais devido à falta de credenciamento no SUS ou por falta de ação que faça com que, de fato, esses doentes possam ser atendidos nas suas respectivas cidades.

Então, essas ações mostram que em Santa Catarina ainda precisamos avançar muito na área do atendimento à saúde, principalmente atendendo todas as regiões e olhando os aspectos da prevenção e curativo. Agora, o estado apenas vai colocar de fato a saúde como prioridade quando alocar mais recursos, pois se ficar restrito àquele mínimo que a Constituição Federal exige, esse setor nunca se tornará prioridade, e em Santa Catarina a saúde precisa ser prioridade, de fato, de direito, mas com alocação de recursos, pois

sem recursos não se faz uma saúde de qualidade para os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, mesmo estando no período eleitoral vou me abster de falar em política partidária para trazer informações da política econômica do estado de Santa Catarina. Aliás, por várias vezes fizemos o registro nesta Casa dos bons acontecimentos de nosso estado.

Mais uma vez trago aqui a informação da Associação Brasileira de Criadores de Charolês a respeito da realização do 12º Leilão Santa Tecla, no dia 19 de julho, em Abelardo Luz, na Fazenda Santa Tecla, onde foram comercializados 38 animais, entre touros, novilhos, touro charolês, além de seis potros crioulos.

Então, no sábado pela manhã, num período de quatro horas, foram comercializados animais num valor total de R\$ 274,9 mil. Foi uma beleza de venda, ao preço normal de mercado, que movimentou o estado de Santa Catarina com compradores inclusive do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A Fazenda Santa Tecla, em Abelardo Luz, é de propriedade do sr. Jamil e é exemplo de genética para Santa Catarina e para o Brasil. É o maior criador de gado charolês do nosso país. Para que vocês tenham uma ideia, os seis touros saíram numa média de R\$ 18.245,00, as fêmeas no valor de R\$ 6.582,00, e os potros crioulos abaixo de dois anos no valor de R\$ 2.900,00. E o campeão de compras Gilberto Carvalho, de Santa Cecília, médico, fazendeiro, comprou o exemplar mais caro da fazenda. Os três touros custaram R\$ 28.260,00.

Então, dá para vocês terem uma ideia da qualidade dos animais que foram leiloados. E Gilberto Carvalho comprou mais exemplares, agora fêmeas, no valor de R\$ 10.260,00.

Portanto, os catarinenses que entendem de pecuária, de criação de gado, estão entendendo muito bem o que nós queremos mostrar a Santa Catarina e ao Brasil.

Parabéns ao Jamil, parabéns ao seu pai, ao Jamil pai, ao Jamil Deud Junior, que tem no seu pai ainda como o grande organizador de genética naquela região.

Mas foi realizado também, no dia 26 de julho, no Parque das Arauquárias de Caçador, através da leiloeira Pampa Remates, o Terceiro Leilão Show de Genética da Fazenda Cabanha Caçador. Lá também foram comercializados potros crioulos num preço médio de R\$ 6.750,00 e as éguas, todas prenhas, em número de 14, num valor médio de R\$ 8.678,00. Portanto, um *show* também de vendas.

Tratando-se de búfalo bovinos machos da raça Angus. Foram vendidos 28 exemplares a R\$ 6.865,00 por exemplar. E da raça Charolês foram vendidos seis exemplares, com o preço médio de R\$ 5.840,00. As fêmeas Charolesas, todas prenhas também e em número de cinco, foram vendidas no preço médio de R\$ 4.272,00, e as fêmeas da raça Angus, em número de seis, foram vendidas pelo valor médio de R\$ 3.480,00.

Então, vejamos bem que, além de um cavalo renomado e famoso por R\$ 5 mil, teve cinco embriões, também equinos, no valor total de R\$ 5.400,00.

Portanto, as vendas, num período de quatro horas, movimentaram R\$ 409.880,00.

Srs. deputados, temos a honra de, mais uma vez, fazer este registro para mostrar aos catarinenses e brasileiros o que temos de potencial de genética nas raças bovinas e equinas, mostrando mais estes dois leilões: um em Abelardo Luz, do nosso amigo Jamil, e outro em Caçador, da Fazenda Cabanha Caçador, de propriedade do genitor Sandoval Caramori. E são exemplos de genética e de zelo na criação, com uma pastagem equilibrada dentro dos padrões também exigidos, em que os zootecnistas dão assistência na parte da alimentação, criação e genética e os médicos veterinários mantêm permanentemente a vigilância quanto à sanidade animal daqueles plantéis.

Por isso, fazemos este registro, cumprimentando tanto o Jamil e o Sandoval por esses empreendimentos que mostram a grandeza do agronegócio em Santa Catarina.

Nós teremos outros leilões e queremos, se Deus quiser, fazer aqui o registro deles para que os catarinenses realmente acompanhem, através da TVAL, também o desempenho dos nossos pecuários e criadores em Santa Catarina. E não são somente as fazendas especializadas. Hoje temos pequenas cabanhas também produzindo exemplares de excelente qualidade de raças puras e raças cruzadas, tanto no bovino de corte como os bovinos de leite.

Mas Santa Catarina pode se engrandecer pelo padrão genético que vem mantendo. Nós somos proibidos de buscar gados vivos em outros estados, mas estamos trazendo a genética através de embriões e de sêmen importados de exemplares do mundo inteiro para melhorar cada vez mais a genética.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero parabenizar

o deputado Reno Caramori pelo seu pronunciamento e dizer que esteve, neste final de semana, em Abelardo Luz e acompanho esse trabalho no estado de Santa Catarina.

Quero registrar também a presença na Assembleia Legislativa da vereadora Márcia Rejane Hirsch, do município de Palmitos, e do vereador Romeu Luiz Silva, do município de Itapema, ex-vereadores bastante atuantes, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Findo o horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0264/2014 e 0309/2014.

Esta Presidência também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0093/2014 e 0235/2014.

Esta Presidência comunica, também, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0038/2014, 0137/2014, 0202/2014, 0229/2014, 0250/2014, 0274/2014, 0277/2014, 0279/2014, 0291/2014, 0293/2014, 0294/2014, 0295/2014, 0302/2014, 0303/2014, 0315/2014, 0317/2014, 0319/2014, 0331/2014, 0332/2014, 0334/2014, 0347/2014, 0349/2014, 0351/2014, 0354/2014, 0360/2014, 0364/2014, 0372/2014, 0373/2014, 0393/2014, 0422/2014, 0439/2014, 0444/2014, 0446/2014, 0454/2014, 0457/2014, 0461/2014, 0467/2014, 0480/2014, 0499/2014, 0500/2014, 0501/2014, 0657/2013 0689/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0090/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação do Projeto de Lei n. 0247/2013.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0601/2013, autoria do deputado Joares Ponticelli, que denomina Miguel José Boabaid o acesso estadual compreendido entre o entroncamento da SC-100 ao Farol de Santa Marta, no município de Laguna.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicações n. 385, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 703, 704, 705, 706 e 707, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 708 e 709, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 710, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Moção n. 77, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando iniciativas que levem à atualização da Lei Federal n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha, na manhã desta quarta-feira, pela TVAL ou pela Rádio AleSC Digital.

Queria iniciar falando um pouco da suspensão do contrato entre o governo do estado e o consórcio do qual faz parte a empresa Espaço Aberto para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Aliás, onde esta empresa põe a mão o espaço fica fechado.

Nós entendemos a atenção maior da população nos últimos meses e anos a respeito da Ponte Hercílio Luz, tendo em vista o risco de desabamento depois de três décadas fechada para a circulação de qualquer pessoa, bem como a importância dela como patrimônio arquitetônico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina, do povo de Santa Catarina, e também a importância que esta ponte poderá ter para a mobilidade urbana da capital do estado, não para transporte de veículos, como é a tese, apesar de termos lido várias vezes que até o final do ano a Ponte Hercílio Luz estaria aberta para trânsito de veículos. Isso é um erro, porque é uma estrutura que precisa ser preservada e colocar veículos que são pesados, provocando balanço sobre a ponte, vai danificar ainda mais a sua estrutura.

Em segundo lugar, porque o Poder Público precisa investir e incentivar que as pessoas utilizem outros meios de transporte. Se a Ponte Hercílio Luz estivesse aberta, seria o maior passeio público do estado de Santa Catarina, e pode vir a ser.

Qualquer pessoa desta cidade, deste estado, deste país ou do mundo, que venha a Florianópolis, à capital dos catarinenses, e tiver a oportunidade de caminhar sobre a Ponte Hercílio Luz, terá ganhado o seu dia e, talvez, uns anos a mais de vida por ter podido sentir essa satisfação.

Eu pude sentir esta satisfação, deputado Carlos Stüpp, no verão de 1989 e 1990, uma única vez, pois ficou aberta ali algumas semanas. Eu aproveitei e, logo em seguida, fechou e nunca mais. Há mais de 30 anos, portanto.

Gostaria de dizer que é preciso continuar atento e manter a atenção para que a Ponte Hercílio Luz pare de ser a galinha dos ovos de ouro de interesses inconfessáveis. E que precisa ser recuperada para a utilização das pessoas, para transporte de ciclistas e pedestres nesse transcurso Ilha-Continente.

Aliás, a passarela das outras pontes, Colombo Salles e Pedro Ivo, também nunca foram concluídas de fato. É uma temeridade passar por lá, quando, na verdade, deveria ser um passeio e mais uma opção de transporte. Milhares de pessoas moram na região continental, muito próxima à ilha, e trabalham aqui ou moram ali e vice-versa. São apenas 2km de bicicleta ou mesmo caminhando que, com certeza, seriam viáveis, gastar-se-ia menos tempo nas filas e desafogaria o trânsito nas outras pontes. Mas se inverte tudo em garantia à perpetuação dos lucros da indústria automobilista.

É preciso ser dito desta forma mesmo! Os governos brasileiros nas últimas cinco décadas foram uns frouxos diante dos monopólios dos automóveis. Deixaram acabar ou destruíram as ferrovias. Hidrovia, nem pensar!

E hoje em dia para pintar um faixa de vermelho e deixar 70cm para ciclista nas cidades, dá um trabalho, e é outra temeridade, porque há carros passando a 60km/h, 80km/h e há apenas um olhinho de gato, uma tartaruguinha do lado. Evidente que é uma temeridade!

A Ponte Hercílio Luz precisa ser recuperada para que Santa Catarina seja procurada mais do que já é por pessoas que virão de vários lugares do mundo para caminhar sobre ela, não para andar de carro, ônibus ou trem, muito menos de caminhão.

Outro assunto, do qual não posso deixar de falar, e que também está no jornal *Notícias do Dia*, de hoje, trata da universidade pública de São José, Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

Foi construída essa universidade no governo Fernando Elias, é preciso que se registre isso, uma universidade pública municipal em São José, vou falar até o partido para não dizer que ficamos de perseguição, do PSDB, que fez uma universidade pública no município de São José, contrariando todas as expectativas, mas fez porque era um educador, porque tinha um secretário competente, Telmo Vieira, do PDT, de toda aquela proposta pedagógica educacional do Brizola, do Darcy Ribeiro, construíram a Universidade de São José.

Veio o governo Djalma Berger, do município de São José, aliás, onde moro há 14 anos, à época, do Partido Socialista Brasileiro, PSB, que, aliás, depois, mudou de dono, e aquilo passou a ser a sede da Universidade de São José, construída, deputado Carlos Stüpp, de novo, com R\$ 20 milhões do Fundeb - Fundo de Educação e Desenvolvimento da Educação Básica -, para construir o Colégio de Aplicação na Beira-Mar de São José. De dia seria o Colégio de Aplicação e, à noite, a sede da Universidade Pública de São José. Depois, veio o prefeito Djalma Berger, à época, do Partido Socialista Brasileiro, e desfez o negócio. Pegou a sede da escola construída com o dinheiro do Fundeb, R\$ 20 milhões, e transformou em um palácio municipal de sua majestade, o prefeito.

Quer dizer, o dinheiro da educação foi para construir a sede da prefeitura. Aliás, tenho uma foto aqui, fez um palácio e vendeu a sede anterior da prefeitura, que não estava velha, lá no entroncamento da via expressa da BR-282 com a BR-101, entre Barreiros e Roçado, para o Poder Judiciário, para expandir o Fórum de São José.

Aí a gente percebe essas idas e vindas do Djalma Berger, à época, muito próximo do governo federal, com secretarias e participando do ministério, vendendo a prefeitura para o Poder Judiciário e pegando uma escola, construída com o dinheiro do

Fundeb, para ser a sua sede. E tudo ficou como se nada fosse estranho nessa história! Agora a prefeita diz que não pode mais mexer no assunto e criou uma comissão de estudantes e professores para criar uma solução para a sede da universidade de São José. Se não fosse ofensa, seria uma piada. Imaginem uma comissão de estudantes dar uma solução para a sede de uma universidade, sendo que o poder público municipal se apoderou do dinheiro do Fundeb para construir uma prefeitura nova. Absurdo!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais oradores inscritos.
Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1840/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 025/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO, COM INSTALAÇÃO, DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES DA ALESC

Vencedora: Mário Móveis Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 29.610,00

Marca: MM

Florianópolis, 08 de outubro de 2014

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1841/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 026/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA IMPRESSÃO (CARTUCHOS DE TONER E DE TINTA E BOBINAS TÉRMICAS)

Lote 01 -

Vencedora: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 1.573,00

Marca: Maxprint

Lote 02 -

Vencedora: PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 141.500,00

Marca: HP

Lote 03 -

Vencedora: Comercial Porto Alegre de Máquinas Calculadoras Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 1.290,60

Marca: Lexmark

Lote 04 -

RESTOU DESERTO.

Lote 05 -

Vencedora: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Valor do Último Lance: R\$ 64.293,26

Marca: Brother

Lote 06 -

Vencedora: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 55.000,00

Marca: Okidata

Florianópolis, 09 de outubro de 2014

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 665/14

Florianópolis, 28 de agosto de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Academia Catarinense de Letras e Artes (ACLA), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Wesley O. Collyer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 666/14

Ofício nº 040/2014

Treze de Maio, 08 de Setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, de Treze de Maio, referente aos exercícios de 2010 a 2013.

Adilson José Bortolato
Contador

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 667/14

Ofício nº 01/2014

Balneário Barra do Sul, 04 de agosto de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Barrasulense da Felicidade, de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2013.

Leonita Rosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 668/14

Ofício nº 043/2014

Balneário Camboriú, 28 de agosto de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Núcleo Assistencial Humberto de Campos, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2013.

Eneida Krul Guasque
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 669/14

Garuva, 01 de Setembro de 2014

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária e Recreativa de Garuva, referente ao exercício de 2013.

Joel Spezia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 670/14

Ofício nº 040/2014

Barra Velha, 03 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Barra Velha (ASAPREV- BV), referente ao exercício de 2013.

Maria do Carmo W. Cunha
Presidenta

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 671/14

Guaramirim, 18 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Guaramirim, referente ao exercício de 2013.

Rogério Vonk
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 672/14

ACBC OF. Nº 005/2014 Cunha Porã, 02 de Outubro de 2014
Solicita a alteração da Lei nº 12.768, 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Cunha Porã.

Flávio Biesdorf
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 673/14

Araquari, 25 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth, de Araquari, referente ao exercício de 2013.

Teresinha de Jesus Martins
Secretaria

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 674/14

Blumenau, 25 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Lira-Círculo Italiano Di Blumenau, referente ao exercício de 2013.

José Domingos Gavioli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 675/14

Blumenau, 25 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Recreativa e Esportiva Tiago (ARETI), de Blumenau, referente aos exercícios de 2010 a 2013.

Valdemar Tiago de Souza Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 676/14

Ofício nº 065/2014 Guarujá do Sul, 11 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Guarujá do Sul, referente ao exercício de 2013.

Ari Hart
Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 677/14

Ofício nº 088/2014/DIRETORIA/BVPG
Presidente Getúlio, 10 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio, referente ao exercício de 2013.

Nelson Virtuoso
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 678/14

Ofício nº 020/2014 Florianópolis, 18 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Catarinense de Tênis, em Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Rafael B. Westrupp
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 679/14

Ofício nº 012/2014 Ibirama, 12 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Escolar Hamônia, de Ibirama, referente ao exercício de 2013.

Erimá Ribeiro Martins
Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 680/14

Ofício nº 037/2014 Balneário Piçarras, 16 de setembro de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Caminhar Juntos, de Balneário Piçarras, referente ao exercício de 2013.

Elisabeth Fetzer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1912, de 8 de outubro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIETE CARVALHO, matrícula nº 5311, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1913, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVA CLOPASS, matrícula nº 6789, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-09, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Canoinhas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1914, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR OLGA KOZOWSKI MIELKE, matrícula nº 5601, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Canoinhas).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1915, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELZIO JOSE DO PRADO, matrícula nº 4910, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1916, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JUAREZ VIEIRA, matrícula nº 6292, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1917, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR USSIEL CUNDINHO FERNANDES DIAS, matrícula nº 5500, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar - Porto União).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1918, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIEL ANTÔNIO GOMES, matrícula nº 6378, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1919, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ANA PAULA DA SILVA, matrícula nº 7182, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Nilson Gonçalves).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1920, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA ANGELICA DA SILVA PONCIANO, matrícula nº 4668, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Parlamentar

Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1921, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEONALDO LANDMANN, matrícula nº 4640, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1922, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIOVANI ROZA, matrícula nº 3288, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1923, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO, matrícula nº 7528, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1924, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENATO LEO RICCI, matrícula nº 6122, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1925, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANA LUCIA DE LIMA PEREIRA**, matrícula nº 7452, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1926, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO ROGÉRIO DO PRADO**, matrícula nº 6450, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1927, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JOCÉLIA VIEIRA FAGUNDES**, matrícula nº 7650, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1928, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ROSELI SARTORI**, matrícula nº 7265, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1929, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 8 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Darci de Matos

Matrícula	Nome	Cidade
7317	CLAUDIA MENDONÇA BATISTTI	JOINVILLE
6549	CRISTIANE DO NASCIMENTO	JOINVILLE
5191	CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES	JOINVILLE
6733	DOMINGOS DE ABREU MIRANDA	JOINVILLE
5174	EDERSON GIOVANI GAVA	JOINVILLE
6031	ELIZABETH ROCHA	ITAPEMA
7638	FLAVIA CECILIA PESCUOMO	JOINVILLE
7622	GILSON OLIVEIRA POHL	JOINVILLE
7322	ISADORA SIMAS RIBEIRO	ITAPEMA
5186	ISRAEL ERBS	JOINVILLE
5176	JOAO BATISTA RODRIGUES	JOINVILLE
4675	JOSE ALEXANDRE MACHADO	JOINVILLE
7287	JOSE DE SOUZA CARDOSO	JOINVILLE
7191	MARIA TEREZINHA DE CAMPOS	JOINVILLE
7414	MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA	BALNEÁRIO PIÇARRAS
7290	MOACIR DA SILVA	JOINVILLE
5565	MOISES DE FARIA	JOINVILLE
5578	NYREE VAN SONNESEN	JOINVILLE
6277	OSWALDO CIDRAL	JOINVILLE

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1930, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 8 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Darci de Matos

Matrícula	Nome do Servidor
7038	BRUNO KOERICH DA SILVA
6767	MARLON FERNANDO STOFFEL
5183	TATIANA CRISTINA BERNARDO

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1931, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza, para o gabinete do Deputado Darci de Matos, a contar de 8 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
4675	JOSE ALEXANDRE MACHADO	PL/GAB-100
5174	EDERSON GIOVANI GAVA	PL/GAB-66
5176	JOAO BATISTA RODRIGUES	PL/GAB-37
5186	ISRAEL ERBS	PL/GAB-72
5191	CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES	PL/GAB-03
5578	NYREE VAN SONNESEN	PL/GAB-57
5565	MOISES DE FARIA	PL/GAB-74
5183	TATIANA CRISTINA BERNARDO	PL/GAB-45
6031	ELIZABETH ROCHA	PL/GAB-58
6277	OSWALDO CIDRAL	PL/GAB-54
6549	CRISTIANE DO NASCIMENTO	PL/GAB-43
6733	DOMINGOS DE ABREU MIRANDA	PL/GAB-73
6767	MARLON FERNANDO STOFFEL	PL/GAB-49
7038	BRUNO KOERICH DA SILVA	PL/GAB-36
7191	MARIA TEREZINHA DE CAMPOS	PL/GAB-48
7290	MOACIR DA SILVA	PL/GAB-55
7287	JOSE DE SOUZA CARDOSO	PL/GAB-22
7317	CLAUDIA MENDONÇA BATISTTI	PL/GAB-38
7322	ISADORA SIMAS RIBEIRO	PL/GAB-21
7414	MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA	PL/GAB-22
7622	GILSON OLIVEIRA POHL	PL/GAB-37
7638	FLAVIA CECILIA PESCUOMO	PL/GAB-43

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1932, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete do Deputado Darci de Matos, a contar de 8 de outubro de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1965	PAULO CESAR COSTA
2055	RICARDO BULCÃO VIANNA
9219	ISABELA DE FATIMA SCHWENGBER

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1933, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **RICARDO BULCAO VIANNA**, matrícula nº 2055, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete do Deputado Darci de Matos, a contar de 8 de outubro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1934, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA OTILIA DA SILVA DADAM**, matrícula nº 6411, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1935, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SANDRA VICTORIA DE AGUIAR**, matrícula nº 6804, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1936, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor CLOVIS DA COSTA, matrícula nº 6638, de PL/GAB-96 para o PL/GAB-08, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Outubro de 2014 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1937, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIO CEZAR LEHMANN, matrícula nº 6202, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1938, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VIRLEI EDSON DA COSTA, matrícula nº 6205, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-94, Atividade Administrativa Interna, do

Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1939, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Interna**, a contar de 7 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Carlos Chiodini

Matrícula	Nome do Servidor
7429	FABIO DE SOUSA LIMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1940, de 8 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Interna**, a contar de 6 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Ana Paula Lima

Matrícula	Nome do Servidor
4654	ERLEDIO PEDRO PERING
2604	LINETE BRAZ MARTINS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1941, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **DULCINEA MOREIRA**, matrícula nº 2028, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Estágios Especiais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MARILU LIMA DE OLIVEIRA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 5 de outubro de 2014 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).

ART.2º - Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1942, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GILBERTO SOUZA DOS SANTOS**, matrícula nº 7003, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1943, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ROSANGELA BRIGIDA PASQUETTI**

GARBIN, matrícula nº 7056, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1944, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SIMONE COMPARETTO**,

matrícula nº 6763, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1945, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, de PL/GAB-83 para o PL/GAB-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1946, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LEONARDO CANELLO BRANDT, matrícula nº 6765, de PL/GAB-62 para o PL/GAB-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1947, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LADIMIR ANTONIO VERONESE, matrícula nº

7078, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1948, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADILIO FERMINIO MARTINS, matrícula nº

6674, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1949, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora AMARILDA DE LOURDES LEITE PRADO, matrícula nº 6290, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-09, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1950, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ALVAI MANOEL PEREIRA, matrícula nº 2600, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1951, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor DOUGLAS ANTÔNIO FANTIN, matrícula nº 7324, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1952, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de

provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ELIANA CAPELLARI, matrícula nº 6753, de PL/GAB-36 para o PL/GAB-50, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1953, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ANICETO ADELINO DUTRA, matrícula nº 3800, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1954, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora DIANA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA, matrícula nº 4573, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1955, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VANDUIR MATIAS DETERS, matrícula nº 5907, de PL/GAB-64 para o PL/GAB-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1956, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDIR SMAEL CARVALHO, matrícula nº 7542, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1957, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ODAIR JOSE DEMARCO, matrícula nº 5807, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1958, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA, matrícula nº 7423, de PL/GAB-43

para o PL/GAB-21, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1959, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELMAR WAHLBRINK, matrícula nº 7420, de PL/GAB-30 para o PL/GAB-18, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Outubro de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1960, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce

Atividade Parlamentar Externa/ Biométrico, a contar de 9 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Angela Albino

Matrícula	Nome	Cidade
6771	ALEXANDRE CESAR FONTANELLA	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1961, de 9 de outubro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce

Atividade Parlamentar Externa, a contar de 9 de outubro de 2014.

Gab. Dep. Jean Kuhlmann

Matrícula	Nome	Cidade
7281	RENE VON HOHENDORFF MULLER	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 257/14

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 1536

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011".
Florianópolis, 12 de setembro de 2014.

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça,

no exercício do cargo de Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

EM Nº 314/2014 Florianópolis, 02 de setembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do Cargo de Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de Lei que visa à alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012/2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, e alterado pelas Leis nº 15.943, de 21 de dezembro de 2012 e nº 16.286, de 20 de dezembro de 2013.

A presente alteração torna-se necessária para inclusão de 01 (uma) nova subação no Plano Plurianual da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania visando atender uma Ação Civil Pública que está tramitando, com estabelecimento de prazo para execução da ampliação do presídio regional de Jaraguá do Sul.

Desta forma observa-se o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011.

Assim, por se tratar de ajuste importante para continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a

remessa de mensagem acompanhada de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 257/2014

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, constante do Anexo Único da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do cargo de Governador do Estado

Plano Plurianual 2012-2015

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO

R\$ 1,00

PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	REDUZIDO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012554 Construção do presídio de São Lourenço do Oeste	4.320.000	2.000.000	2.320.000

SUPLEMENTAÇÃO

R\$ 1,00

PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	REDUZIDO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012554 Construção do presídio de São Lourenço do Oeste	0	2.000.000	2.000.000

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 258/14**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1537**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011".

Florianópolis, 12 de setembro de 2014.

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça,
no exercício do cargo de Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 07/10/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 321/2014 Florianópolis, 11 de setembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do Cargo de Governador do Estado

Florianópolis - SC

Senhor Governador

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Lei que "Altera o Plano Plurianual 2012-2015: Revisão 2015".

A revisão do Plano Plurianual está consignada na Constituição Federal de 1988, referendada no Art. 120 da Constituição Estadual de 1989, regulamentada, em alguns aspectos, pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e observa o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o Plano Plurianual 2012-2015.

A proposta que apresentamos foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, e com a Lei nº 16.445, de 05 de agosto de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2015.

O Plano Plurianual, como instrumento de planejamento governamental, não é uma peça imutável e estática. Ao contrário, faz parte da sua dinâmica o processo de revisão anual que possibilita a realização de ajustes no que tange às decisões governamentais frente ao cenário internacional, nacional e estadual que, fatalmente, interferem na capacidade de ação/reação do Estado, na vida das empresas e dos cidadãos catarinenses.

Os Programas, Ações e Metas constantes do PPA representam a materialização dos compromissos do Governo com a população do Estado, com foco na redução da pobreza e da desigualdade entre as regiões e os cidadãos catarinenses.

Neste sentido, este processo de revisão tem como objetivo adequar as metas físicas e financeiras das ações e dos programas, em virtude do ano de 2015 ser o último ano de execução deste PPA 2012-2015, além de efetuar ajustes, em consonância com a realidade fiscal e econômica do Estado.

As principais alterações no PPA 2012-2015, para 2015, se relacionam à adequação de metas físicas e financeiras de algumas subações, necessárias para ajustar as dotações das subações frente ao estágio de execução das mesmas e a realidade econômica do Estado. Também foi necessária a inclusão de 111 (cento e onze) subações para corrigir distorções verificadas na execução dos anos anteriores. Todas estas alterações não implicaram no aumento do valor total do PPA 2012-2015.

Ressalva-se que a proposta de revisão do PPA 2012-2015, para o exercício de 2015, constante deste Projeto de Lei não implica na alteração dos compromissos assumidos e dos objetivos estabelecidos na Lei nº 15.722, de 22 de dezembro 2011. A base estratégica do Plano não foi alterada com a revisão proposta e mantém os mesmos critérios e diretrizes que balizaram a sua elaboração. Neste sentido, os programas governamentais visam: Promover a melhoria da qualidade da educação e na saúde públicas; Garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; Melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; Ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; Integrar e expandir a rede de transporte; Ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense possa potencializar as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas, acelerando a geração de emprego e renda. Estes são os grandes desafios que o governo do estado de Santa Catarina deve continuar enfrentando no ano de 2015. Complementarmente, o governo catarinense deverá buscar também,

neste período, aprimorar a gestão pública por meio das ferramentas e tecnologias mais modernas de gestão.

A indicação das metas financeiras dos programas e das subações do Plano Plurianual apresenta-se detalhada para o exercício de 2015 e para o período 2012-2015, em conformidade com a metodologia adotada quando da elaboração do Plano. Esta metodologia permite identificar a vinculação entre as metas físicas e financeiras constantes tanto no Plano Plurianual quanto na Lei Orçamentária Anual, em cada ano de execução, sem prejuízo ao acompanhamento da execução do Plano no seu período de vigência.

O Plano Plurianual continua composto por 67 (sessenta e sete) Programas Finalísticos, 10 (dez) Programas de Apoio Administrativo e 07 (sete) Programas de Gestão de Políticas Públicas.

Esta Revisão Anual do Plano Plurianual 2012-2015 foi concebida na certeza de que a responsabilidade de garantir a prestação de um serviço público de qualidade que atenda as necessidades da população catarinense passa pela vivência e pela prática dos princípios legais que regem a administração pública, que constitui um desafio que deve ser compartilhado por todos os Poderes, na busca dos objetivos que se traduzem na redução da pobreza e das desigualdades sociais no Estado, na melhoria da infraestrutura social e econômica, propiciando melhores condições de competitividade das nossas empresas e na melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

Para o atendimento das prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro do ano de 2015, as subações descritas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias foram programadas, bem como aquelas referentes ao atendimento das políticas públicas compensatórias aos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH inferior a 90% (noventa por cento) do IDH médio do Estado.

O grande desafio de levar adiante tais realizações continua sendo de todos e para todos, com a certeza de que juntos podemos, a cada dia, construir um tempo e um Estado melhor para todos os catarinenses.

Por fim, cumpre-nos informar a Vossa Excelência que o artigo 2º da Lei no 15.943, de 21 de dezembro de 2012 determina que o projeto de lei de revisão anual seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado até o dia 15 de setembro.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni
Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 258/2014

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, conforme redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do cargo de Governador do Estado

(O Anexo Único do Projeto de Lei nº 258/14 encontra-se disponível no site da ALESC)

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0259.4/2014

Denomina de "Professora Attela Jenichen" a Escola Modelo, no município de Indaial.

Art. 1º Fica denominada "Professora Attela Jenichen" a Escola Modelo, no município de Indaial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento visa atribuir a denominação de "Professora Attela Jenichen" a Escola Modelo, no município de Indaial.

A homenageada, nascida em 22 de junho de 1929, sempre participou ativamente de ações comunitárias, tendo deixado a todos que a conheceram claras lembranças de uma cidadã de postura irretocável e com iniciativas progressistas.

Pela dedicação ao magistério público estadual, é sem dúvida, merecedora da homenagem que se pretende prestar. Iniciou sua

atuação profissional em 1946, como professora substituta e assumiu em 1962, em caráter definitivo, o cargo de Professora Normalista do Grupo Escolar Raulino Horn, no município de Indaial, onde também exerceu as funções de Auxiliar de Direção e Diretora.

Faleceu em 14 de novembro de 1994, aos 65 anos, deixando aos seus familiares e à população o testemunho de uma pessoa extremamente dedicada, ativa e generosa.

Assim, diante da justiça do pleito solicito aos nobres Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0260.8/2014

Declara de utilidade pública a Associação Lar Maternal Bom Pastor, de Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Lar Maternal Bom Pastor, com sede no Município de Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Lar Maternal Bom Pastor, de Camboriú.

A entidade tem como objetivo desenvolver e promover o atendimento, em regime de abrigo, a crianças de 0 a 12 anos incompletos, que se encontram em situação de risco pessoal, social e de abandono, promovendo, de forma articulada, ações em defesa dos direitos fundamentais à vida das crianças, tendo como elementos norteadores o amor, o respeito, a atenção e o acolhimento.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 261/14

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1542

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda e de Anexo único (páginas 15 a 1.801), o projeto de lei que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015".

Florianópolis, 29 de setembro de 2014.

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça,
no exercício do cargo de Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 07/10/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Excelentíssimo Senhor

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do Cargo de Governador do Estado

Florianópolis - SC
EM Nº 341/2014
Florianópolis, 25 de setembro de 2014

Senhor Governador,
Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, em anexo, Projeto de Lei que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015", em cumprimento ao que dispõe o artigo 120 da Constituição do Estado, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento.

A proposta orçamentária que apresentamos foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que

disciplinam o orçamento público, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a Lei nº 16.445, de 05 de agosto de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2015 e com a Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011 - Plano Plurianual - PPA 2012-2015, cujos programas visam promover avanços na qualidade da educação e da saúde públicas; garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; integrar e expandir a rede de transporte; ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense potencialize as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade e acelerando a geração de emprego e renda, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas.

Atendendo as normas vigentes sobre a gestão pública, em 2015 o governo continuará mantendo um rigoroso controle sobre as despesas, buscando o equilíbrio das contas públicas e a alocação eficiente dos recursos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dará ênfase à modernização da gestão pública e a articulação e coordenação das ações, visando redução de despesas e incremento de receitas, a potencialização dos recursos para a prestação de serviços de qualidade, a preservação dos investimentos programados, bem como ao cumprimento das metas previstas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

Quanto ao atendimento das prioridades para o exercício de 2015, foram programadas subações, descritas no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei nº 16.445, de 05 de agosto de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o

exercício financeiro do ano de 2015, que contemplam as subações colocadas em primeiro plano pelo governo do Estado, cujas obras e serviços retratam as investimentos estaduais elencados no Pacto por Santa Catarina a serem executados com recursos provenientes de operações de crédito internas e externas.

Dentre estas, destacamos aquelas contratadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para fazer frente aos Programas Acelera Santa Catarina e Caminhos do Desenvolvimento, bem como com o Banco do Brasil S/A para financiar os investimentos previstos no Programa Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais e outros investimentos previstos no Pacto por Santa Catarina. Ainda fazem parte das prioridades, as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos da Administração Pública Estadual, cujos recursos foram contratados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além das prioridades estabelecidas pelas Empresas Públicas Estaduais, pela Assembleia Legislativa do Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Tribunal de Justiça do Estado e pelo Ministério Público.

Ainda quanto ao atendimento das prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2015, foram contempladas, além das subações constantes do Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual da LDO - 2015, as subações priorizadas nas Audiências Públicas Regionais promovidas pela Assembleia Legislativa, para os anos de 2012, 2013 e 2014, que ainda não foram concluídas, o que demonstra o esforço do governo em atender as demandas regionais.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo e a dotação orçamentária das subações priorizadas pelas Audiências Públicas Regionais, por função:

FUNÇÃO	QUANTIDADE DE SUBAÇÕES	%	R\$ DOTAÇÃO
Transporte	187	47,95%	1.008.486.095,00
Saúde	53	13,59%	78.715.420,00
Educação	24	6,15%	17.625.056,00
Agricultura	20	5,13%	320.000,00
Assistência Social	17	4,36%	1.479.978,00
Desporto e Lazer	17	4,36%	2.200.000,00
Segurança Pública	16	4,10%	690.000,00
Saneamento	14	3,59%	170.178.390,00
Direitos da Cidadania	8	2,05%	160.000,00
Energia	8	2,05%	899.945,00
Gestão Ambiental	7	1,79%	140.000,00
Administração	6	1,54%	2.397.098,00
Habitação	5	1,28%	240.000,00
Judiciária	4	1,03%	637.051,00
Indústria	2	0,51%	20.000,00
Ciência e Tecnologia	1	0,26%	229.689,00
Trabalho	1	0,26%	50.000,00
TOTAL	390	100,00%	1.284.468.722,00

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF - atualizado até 22/09/2014

*Existem 10 subações que foram selecionadas como prioritárias em mais de uma região, portanto, foram deduzidos os valores duplicados.

Não foram programadas 14 subações, cujas justificativas dos Órgãos responsáveis são apresentadas a seguir:

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS

- Subações 012083 - Estruturação das áreas industriais e empresariais - SDR - Dionísio Cerqueira; 012092 - Convênio com municípios para construção de barracões industriais e estruturas conjugadas para empresas - SDR - Palmitos; 012134 - Implementação de centro de distribuição de produtos da cadeia produtiva agrícola, indústria têxtil e moveleira - SDR - Dionísio Cerqueira; 012163 - Incentivo à implantação de áreas industriais - SDR - Canoinhas; 012217 - Ampliação do Parque da Expovale Huberto Oenning - SDR - Braço do Norte e 012372 - Criação de polo tecnológico para atendimento de Balneário Camboriú/Piçarras/Itajaí: estas subações visam dotar o estado de Santa Catarina de infraestrutura para a promoção do desenvolvimento econômico.

Com esta finalidade a SDS apresentou projeto ao PACTO/SC, sendo aprovado o valor de R\$ 50.000.000,00, (cinquenta milhões de reais), provenientes dos empréstimos que o governo de Santa Catarina realizou junto ao BNDES e ao Banco do Brasil, que serão aplicados por meio da subação 012737 - Construção de Centros de Inovação, vinculada ao Fundo Pró-emprego/SEF, que realizará convênios com as SDR's, objetivando a construção de Centros de Inovação em Santa Catarina.

Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - FEPSA

- Subação 011656 - Implantação de sistema de informações para pagamento por serviços ambientais - PSA: não foi programada, pois o FEPSA não está regulamentado, e aguarda a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação

- Subação 012133 - Implantação de um CEDUP - Centro de Ensino Profissionalizante no município de Taió: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 011492 - Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares - ensino profissional.

- Subação 012279 - Construção de escola de ensino fundamental São Luiz, em União do Oeste - SDR Quilombo: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 012842 - Revitalização da rede física nas UES - lote I - FEDUC - SED.

- Subação 012301 - Construção de centro educacional de jovens e adultos - SDR São Lourenço do Oeste: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 007814 - Construção, ampliação e reforma de escolas - SDR - São Lourenço do Oeste.

- Subação 012361 - Construção de CEDUP - SDR Dionísio Cerqueira: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 012842 - Revitalização da rede física nas UES - lote I - FEDUC - SED.

- Subação 012389 - Construção de centro tecnológico para a escola Jurema - SDR Quilombo: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução das subações 012613 - Revitalização da rede física nas UES - lote II - SED e 012843 - Revitalização da rede física nas UES - lote II - FEDUC - SED.

Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA

• Subação 012193 - SC 352 terrap/OEA/ supervisão, trecho Taió/Rio do Oeste: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 012162 - Pavimentação da SC-350, trecho Taió - Rio do Oeste.

• Subação 012148 - Pavimentação asfáltica ligando a BR-470 à BR-116 via Vale Norte: os objetivos desta subação serão alcançados com a execução da subação 012178 - Ligação asfáltica ligando a BR-470 à BR-116, via Vale Norte.

A seguir são apresentados os dados sobre a situação financeira do Estado até 30 de junho de 2014, a estimativa da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2015 dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, a forma de compensação da renúncia de receita tributária e, por fim, destacamos os atuais cenários

Tabela 1 - COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA PARA 2014 E A ARRECADADA ATÉ 30/06/2014 - CONSOLIDADO GERAL

EM R\$				
DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	%	A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	25.545.836.490	12.702.587.249	49,72%	12.843.249.241
Receitas Tributárias	17.952.912.821	9.038.595.837	50,35%	8.914.316.984
Receita de Contribuições	558.458.166	267.458.698	47,89%	290.999.468
Receita Patrimonial	401.216.458	300.915.954	75,00%	100.300.504
Receita Agropecuária	2.522.265	545.424	21,62%	1.976.841
Receita Industrial	14.523.702	2.850.952	19,63%	11.672.750
Receita de Serviços	466.299.992	219.008.213	46,97%	247.291.779
Transferências Correntes	5.622.946.786	2.586.937.255	46,01%	3.036.009.531
Outras Receitas Correntes	526.956.300	286.274.915	54,33%	240.681.385
RECEITAS DE CAPITAL	2.041.868.321	722.450.520	35,38%	1.319.417.801
Operações de Crédito	1.927.569.619	700.199.183	36,33%	1.227.370.436
Alienação de Bens	10.442.887	2.402.173	23,00%	8.040.714
Amortização de Empréstimos	41.112.587	7.820.960	19,02%	33.291.627
Transferências de Capital	62.743.228	12.028.204	19,17%	50.715.024
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.182.081.682	512.992.140	43,40%	669.089.542
Receita de Contribuições	904.199.172	394.130.970	43,59%	510.068.202
Receita Patrimonial	1.133.590	449.153	39,62%	684.437
Receita Industrial	5.000.000	-	0,00%	5.000.000
Receita de Serviços	162.895.101	71.938.802	44,16%	90.956.299
Outras Receitas Correntes	108.853.819	46.473.215	42,69%	62.380.604
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	3.535.393	877.058	24,81%	2.658.335
Outras Receitas de Capital	3.535.393	877.058	24,81%	2.658.335
DEDUÇÕES DA RECEITA	-7.479.985.941	-3.753.926.673	50,19%	-3.726.059.268
Dedução da Receita Corrente	-7.479.985.941	-3.753.926.673	50,19%	-3.726.059.268
TOTAL	21.293.335.945	10.184.980.295	47,83%	11.108.355.650

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Entre janeiro e junho de 2014, a arrecadação do principal tributo estadual, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS totalizou R\$ 7.680.202.965,00 (sete bilhões, seiscentos e oitenta milhões, Tabela 2 - COMPARATIVO ENTRE A RECEITA DO ICMS ORÇADA PARA 2014

político e econômico mundial e nacional e as possíveis repercussões na economia catarinense.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A JUNHO DE 2014

A execução orçamentária de janeiro a junho de 2014 permite comparar as receitas que foram estimadas com as receitas efetivamente arrecadadas, bem como comparar as despesas fixadas com as realizadas, retratando os resultados obtidos no período. Serão apresentados a situação financeira do Estado e o passivo financeiro da administração direta e indireta, em 30 de junho de 2014.

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A receita arrecadada nesse período totalizou R\$ 10.184.980.295,00 (dez bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e noventa e cinco reais), correspondendo a 47,83% do total orçado para 2014, conforme dados apresentados na tabela 1.

duzentos e dois mil e novecentos e sessenta e cinco reais), representando um incremento de 14,61% em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante representa 50,14% do valor orçado para o ano. A composição dos recursos do ICMS está apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - COMPARATIVO ENTRE A RECEITA DO ICMS ORÇADA PARA 2014 E A ARRECADADA ATÉ 30/06/2014 - CONSOLIDADO GERAL

EM R\$						
DESCRIÇÃO	ORÇADA		ARRECADADA		% ARRECADADO	
	2013	2014	ATÉ	ATÉ	2013/2014	DO ORÇADO
			jun/13	jun/14	4	2014
ICMS - ESTADUAL	10.495.891.581	11.487.552.059	5.026.065.740	5.760.152.257	14,61%	50,14%
Principal	10.418.485.749	11.402.832.859	4.988.415.407	5.692.602.250	14,12%	49,92%
Multas e Juros de Mora	60.564.338	66.286.507	23.872.001	40.310.582	68,86%	60,81%
Dívida Ativa	7.616.705	8.336.338	11.382.643	15.621.456	37,24%	187,39%
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	9.224.789	10.096.355	2.395.690	11.617.970	384,95%	115,07%
ICMS - MUNICIPAL	3.498.630.492	3.829.183.981	1.675.116.989	1.920.050.708	14,62%	50,14%
Principal	3.472.828.549	3.800.944.249	1.662.805.118	1.897.534.067	14,12%	49,92%
Multas e Juros de Mora	20.188.111	22.095.500	7.957.317	13.436.844	68,86%	60,81%
Dívida Ativa	2.538.902	2.778.780	3.794.211	5.207.146	37,24%	187,39%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	3.074.930	3.365.452	560.343	3.872.651	591,12%	115,07%
TOTAL	13.994.522.073	15.316.736.040	6.701.182.729	7.680.202.965	14,61%	50,14%

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Considerando que o valor arrecadado no primeiro semestre de 2014 representou 50,14% do valor orçado para o ano, e no segundo semestre, de acordo com o comportamento da arrecadação nos últimos cinco anos, a arrecadação é superior ao primeiro, estima-se que a arrecadação para este exercício atingirá a meta estabelecida na Lei Orçamentária para 2014.

1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A tabela 3 apresenta a despesa autorizada para 2014 após a incorporação dos créditos adicionais e a despesa realizada até junho do mesmo ano. Os dados indicam que a despesa realizada no período de

janeiro a junho de 2014 alcançou R\$ 9.448.815.706,39 (nove bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e quinze mil, setecentos e seis reais e trinta e nove centavos), correspondendo a 39,27% da despesa orçada para 2014, autorizada em R\$ 24.059.701.944,14 (vinte e quatro bilhões, cinquenta e nove milhões, setecentos e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos).

A despesa a realizar em 2014 representa R\$ 14.610.886.237,75 (quatorze bilhões, seiscentos e dez milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) ou 60,73% do total autorizado para o exercício.

Tabela 3 - COMPARATIVO ENTRE A DESPESA AUTORIZADA (APÓS INCORPORAÇÃO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS) E A REALIZADA NO ANO, ATÉ 30/06/2014 - CONSOLIDADO GERAL

DESCRIÇÃO	EM R\$			
	AUTORIZADA	REALIZADA (Liquidad)	%	A REALIZAR
Despesas Correntes	18.413.692.967,12	8.354.160.571,31	45,37%	10.059.532.395,81
Pessoal e Encargos Sociais	10.530.303.440,69	5.651.793.300,33	53,67%	4.878.510.140,36
Juros e Encargos da Dívida	872.273.988,34	399.637.399,77	45,82%	472.636.588,57
Outras Despesas Correntes	7.011.115.538,09	2.302.729.871,21	32,84%	4.708.385.666,88
Despesas de Capital	5.542.222.742,02	1.094.655.135,08	19,75%	4.447.567.606,94
Investimentos	4.925.662.573,32	759.727.134,20	15,42%	4.165.935.439,12
Inversões Financeiras	82.146.696,62	54.253.989,70	66,05%	27.892.706,92
Amortização da Dívida	534.413.472,08	280.674.011,18	52,52%	253.739.460,90
Reserva de Contingência do RPPS	102.786.235,00	-	0,00%	102.786.235,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	0,00%	1.000.000,00
TOTAL	24.059.701.944,14	9.448.815.706,39	39,27%	14.610.886.237,75

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Portanto, o governo estadual, neste 1º semestre realizou 39,27% (tabela 3) da despesa autorizada e arrecadou 47,83% (tabela 1) da receita orçada para 2014.

1.3. POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Tabela 4 - BALANÇO FINANCEIRO - ATÉ 30/06/2014 - CONSOLIDADO GERAL

		EM R\$
1	SALDO ANTERIOR	6.175.638.951,60
2	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10.184.980.294,84
3	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	28.058.117.521,18
4	RECEBIMENTOS EXTRAS	10.015.440.159,83
5	TOTAL DAS ENTRADAS (2 + 3 + 4)	48.258.537.975,85
6	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	12.569.688.204,61
7	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	28.049.836.156,13
8	PAGAMENTOS EXTRAS	6.323.571.971,60
9	TOTAL DAS SAÍDAS (6 + 7 + 8)	46.943.096.332,34
10	DISPONÍVEL PARA O PERÍODO SEGUINTE (1 + 5 - 9)	7.491.080.595,11
10.1	Caixa	-
10.2	Bancos Conta Movimento	41.747.390,12
10.2.1	Assembleia Legislativa do Estado	0,87
10.2.2	Tribunal de Contas do Estado	32.164,68
10.2.3	Tribunal de Justiça do Estado	641.443,54
10.2.4	Ministério Público	-
10.2.5	Poder Executivo	41.073.781,03
10.3	Aplicações Financeiras *	7.449.333.204,99
10.3.1	Assembleia Legislativa do Estado	87.122.818,32
10.3.2	Tribunal de Contas do Estado	90.929.771,65
10.3.3	Tribunal de Justiça do Estado	4.154.996.783,06
10.3.4	Ministério Público	127.347.217,28
10.3.5	Poder Executivo	2.988.936.614,68

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

* Do valor aplicado R\$ 847.710,99 é aplicação do RPPS

1.4. PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro é uma categoria do passivo, contida no Balanço Patrimonial das entidades do setor público, que compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Tais compromissos abrangem, basicamente, os "Restos a Pagar", os "Serviços da Dívida a Pagar", as "Retenções de Terceiros" (por exemplo, as pensões alimentícias e impostos), os "Depósitos" (por exemplo, as cauções e/ou as garantias recebidas de terceiros e os depósitos judiciais) e os "Débitos de Tesouraria" (por exemplo os

Tabela 5 - DEMONSTRATIVO DO PASSIVO FINANCEIRO ATÉ 30/06/2014

							EM R\$
CONTAS	FUNDOS	FUNDAÇÕES	AUTARQUIAS	ADM. DIRETA	EMPRESAS	TOTAL	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	87.270.494	16.047.923	149.126.975	244.919.528	92.302.256	589.667.176	
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	289.768.995	-	289.768.995	
Fornecedores e Contas a Pagar	58.861.983	1.985.400	31.553.934	136.611.293	1120211,95	230.132.823	
Obrigações Fiscais	-	-	225.105	7.034.732	2.092.177	9.352.014	
Provisões a Curto Prazo	712682,4	-	1.605.719	815.434.923	24.532.198	842.285.523	
Demais Obrigações	332.027.535	5.309.229	49.999.546	6.136.148.122	38.520.288	6.562.004.719	
TOTAL	478.872.694	23.342.552	232.511.279	7.629.917.593	158.567.131	8.523.211.249	

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

2. ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA PARA 2015

2.1. ESTIMATIVA DA RECEITA

A receita do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2015 está estimada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais),

encargos relativos a operações de crédito por antecipação da receita).

Como se observa, todas estas modalidades de compromissos dependem apenas de decisão administrativa ou judicial para serem entregues aos interessados, não envolvendo atos de execução no orçamento do exercício.

O passivo financeiro da administração direta e indireta, em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 8.523.211.249,00 (oito bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, duzentos e onze mil e duzentos e quarenta e nove reais), conforme discriminado na tabela 5.

correspondendo a um crescimento de 16,55% em relação à estimada para o exercício de 2014, orçada em R\$ 21.293.335.945,00 (vinte e um bilhões, duzentos e noventa e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil e novecentos e quarenta e cinco reais).

A Receita Corrente Líquida - RCL está estimada em R\$ 20.144.756.915,00 (vinte bilhões, cento e quarenta e quatro milhões,

setecentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quinze reais), representando um crescimento de 15,32%, se comparada à orçada para 2014, projetada em R\$ 17.467.830.078,00 (dezessete bilhões quatrocentos e sessenta e sete milhões oitocentos e trinta mil e setenta e oito reais).

As receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, base de cálculo para a aplicação de recursos públicos em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino, totalizaram R\$ 16.655.971.350,00 (dezesseis bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil e trezentos e cinquenta reais).

A Receita Líquida Disponível - RLD, cujo conjunto compõe a Fonte 0.1.00, está estimada em R\$ 13.500.000.000,00 (treze bilhões e quinhentos milhões de reais), representando um crescimento de 10,06%, se comparada à reestimada para 2014, no valor de R\$ 12.266.015.175,00 (doze bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, quinze mil e cento e setenta e cinco reais).

As receitas oriundas de operações de crédito internas e externas estão estimadas em R\$ 2.624.855.462,00 (dois bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e dois reais), representando um crescimento de 36,17%, se comparada à orçada para 2014, projetada em R\$ 1.927.569.619,00 (um bilhão, novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e seiscentos e dezenove reais).

No Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social, com direito a voto, a receita totaliza R\$ 2.236.242.540,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais).

2.2. FIXAÇÃO DAS DESPESAS

A despesa orçamentária fixada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), obedece a preceitos constitucionais e legais, as diretrizes orçamentárias para 2015 e ao Plano Plurianual 2012-2015.

A despesa total com pessoal (Art. 18 da LRF) totaliza R\$ 11.758.403.899,00 (onze bilhões, setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e três mil e oitocentos e noventa e nove reais), correspondendo a 58,37% da Receita Corrente Líquida para 2015.

Com referência aos recursos a serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme preconiza o § 3º do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, o Estado aplicará, por meio do Fundo Estadual de Saúde R\$ 1.998.716.562,00 (um bilhão, novecentos e noventa e oito milhões, setecentos e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e dois reais), correspondendo a 12% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

Quanto à Manutenção e ao Desenvolvimento do Sistema de Ensino, o Estado aplicará R\$ 4.500.193.838,00 (quatro bilhões, quinhentos milhões, cento e noventa e três mil e oitocentos e trinta e oito reais), correspondendo a 27,02% da receita de impostos e transferências da União ao Estado, não estando computadas nesse percentual as despesas com pessoal inativo.

As despesas do Orçamento de Investimento correspondem a R\$ 2.236.242.540,00 (dois bilhões duzentos e trinta e seis milhões duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais).

3. RENÚNCIA FISCAL

Objetivando compensar os valores da renúncia tributária, relativos aos benefícios fiscais estimados para 2015, e previstos na Lei nº 16.445, de 05 de agosto de 2014, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2015 e estabelece outras providências" a Gerência de Fiscalização - GEFIS, responsável pela programação, organização, execução e controle das atividades de fiscalização e cobrança administrativa dos tributos estaduais, por meio de seus grupos de trabalho, implementará as seguintes ações:

1. Grupos Especialistas Setoriais de Fiscalização - GES
 - 1.1 Planejamento e execução das auditorias fiscais.
 - 1.2 Monitoramento e acompanhamento dos respectivos setores econômicos.
 - 1.3 Realização de ações orientativas e preventivas.
 - 1.4 Realização de estudos e pareceres.
 - 1.5 Representação da Diretoria de Administração Tributária - DIAT junto aos órgãos setoriais; participação ativa junto aos órgãos da administração pública (COPAT, COTEPE,

CONFAZ, ENCAT, etc.) e entidades do setor privado (ANFAVEA, FENABRAVE, etc.), no sentido de buscar alterações na legislação tributária, especialmente de substituição tributária, e que proporcionem incrementos importantes na arrecadação dos diversos setores econômicos.

1.6 Realização de operações de fiscalização massiva, em diversos setores econômicos, visando identificar irregularidades tributárias, cuja comunicação é feita via correio eletrônico, oportunizando a imediata regularização.

1.7 Realização de operações fiscais que visam apurar eventuais irregularidades praticadas por contribuintes que estejam submetidos a prévio monitoramento.

1.8 Controle efetivo dos contribuintes detentores de Tratamento Tributário Diferenciado - TTD.

1.9 Intensificação da fiscalização sobre contribuintes substitutos tributários localizados em outros estados - contribuintes inscritos.

1.10 Auditoria fiscal dos contribuintes substitutos tributários localizados em outras unidades da federação - sem inscrição estadual.

1.11 Gestão do conhecimento dos grupos especialistas, por meio da promoção da troca de experiências em reuniões periódicas das equipes técnicas.

1.12 Enquadramento em Regime Especial de Tributação (pagamento antecipado) dos devedores contumazes.

1.13 Intensificação da fiscalização e controle das empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL.

1.14 Intensificação do controle de créditos advindos de empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL.

1.15 Desenvolvimento e intensificação do uso de ferramentas e sistemas para auditoria fiscal de contribuintes de médio e grande porte.

1.16 Realização de operações fiscais em setores estratégicos do comércio varejista a fim de coibir práticas fraudulentas no uso das ferramentas de automação comercial e de meios de pagamento eletrônico.

1.17 Proposição de alterações necessárias à legislação tributária estadual a fim de adequá-la às novas ferramentas informatizadas de controle e acompanhamento de contribuintes que estão em desenvolvimento ou já implantadas.

1.18 Desenvolvimento de novas aplicações, no âmbito do Sistema S@T, com o escopo de agilizar e facilitar o relacionamento dos contribuintes, desenvolvedores de aplicativos, interventores, contabilistas e fabricantes de equipamentos (ECF e bombas de combustível), bem como a desoneração do corpo de auditores das rotinas burocráticas, visando o incremento das operações de auditoria e acompanhamento.

1.19 Desenvolvimento de novas aplicações, no âmbito do Sistema S@T para a captura e o tratamento de arquivos eletrônicos provenientes de equipamentos de controle fiscal e programas aplicativos.

1.20 Colaboração com a Gerência de Tributação na atualização do Regulamento do ICMS, notadamente nas matérias concernentes à automação comercial.

2. Grupo Regional de Ação Fiscal (GRAF)

2.1 Fiscalização, acompanhamento e monitoramento dos maiores contribuintes não incluídos no rol de empresas dos Grupos Especialistas Setoriais - GES.

2.2 Monitoramentos mensais, impedindo omissão da Declaração do ICMS e do Movimento Econômico - DIME e inadimplência, identificando possíveis irregularidades, tais como créditos acima da média e queda de faturamento.

2.3 Operações fiscais regionalizadas, em função das peculiaridades econômicas das regiões fiscais.

2.4 Intensificação da presença fiscal com a realização de atividades externas (volantes inteligentes e visitas a empresas varejistas dos diversos setores).

2.5 Ações fiscais extensivas de acompanhamento do movimento diário de estabelecimentos com valores de faturamento mensal muito próximo das vendas realizadas com cartão de crédito/débito, quando enquadrados em Regime Especial de Fiscalização.

2.6 Ampliação da fiscalização de mercadorias recebidas por meio postal nos correios e aeroportos, em virtude do crescimento do comércio eletrônico.

2.7 Criação de equipes regionais de inteligência fiscal, a fim de mapear as práticas de evasão fiscal.

2.8 Tratamento Tributário Diferenciado (pagamento antecipado do ICMS) aos devedores contumazes.

2.9 Verificação fiscal dos contribuintes substitutos tributários, localizados em outras unidades da federação, sem inscrição estadual em Santa Catarina.

2.10 Intensificação do controle dos contribuintes com pendências junto à SEF, detentores de TTD, visando a sua regularização, sob a pena de revogação do benefício fiscal.

3. Grupo Especialista de Cobrança Administrativa GE-COBRANÇA

3.1 Recuperação do crédito tributário de empresas com imposto declarado e não recolhido, e os valores inscritos em dívida ativa.

3.2 Envio de avisos SAT aos contabilistas.

3.3 Cobrança administrativa de contribuintes inadimplentes.

3.4 Emissão de notificações fiscais de falta de recolhimento de ICMS e IPVA.

4. PERSPECTIVA ECONÔMICA

Finalmente, cabe destacar as possíveis repercussões na economia catarinense, dos atuais cenários, político e econômico mundial e nacional.

A economia mundial deverá crescer em torno de 3,4% em 2014, um pouco acima do desempenho de 2013. Isto se deve em grande parte à projeção de um crescimento mais baixo do que o esperado, especialmente nos EUA e a uma perspectiva menos otimista para importantes economias emergentes.

De acordo com o FMI, a economia mundial poderá ter baixo crescimento por um período mais longo, já que não há um grande momentum nas economias mais avançadas mesmo diante de taxas de juros muito baixas e de outras políticas de incentivos. Em alguns países emergentes, o efeito negativo das restrições da oferta e do aperto das condições financeiras podem se prolongar. Ainda assim, o órgão projeta um crescimento de 4% para 2015.

Em muitas dessas economias, inclusive, em algumas avançadas, reformas estruturais são necessárias para melhorar a infraestrutura, a produtividade e elevar o potencial de crescimento.

O Brasil se enquadra nesta perspectiva. Sua economia cresceu apenas 1,0% em 2012, 2,5% em 2013 e, em 2014, as previsões oficiais no País, já apontam crescimento inferior a 1%. A deterioração das condições financeiras e das expectativas de empresários e consumidores tem represado os investimentos e reduzido o crescimento do consumo. Em 2015, o FMI prevê crescimento de apenas 2% para o País.

Para controlar a inflação, que mantém-se elevada e deteriora o poder de compra, o Banco Central tem interferido no câmbio e na taxa de juros. Assim, os juros mantêm-se em patamares elevados, sacrificando as pretensões de crescimento econômico no curto e médio prazo.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, em doze meses, alcançou 6,51% em agosto, acima ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central. Além da inflação interna e do baixo crescimento externo, outros fatores determinam o baixo desempenho da economia brasileira no curto prazo. Entre eles destacam-se as deficiências na infraestrutura e o esgotamento das políticas de incentivo à demanda doméstica, que se somam ao crescente endividamento das famílias.

A previsão de crescimento para a economia estadual baseada nos indicadores anuais disponíveis, até o final de setembro de 2014, indica um crescimento de 3,1%, acima, portanto, das projeções de crescimento da economia nacional. A produção agropecuária estadual cresce 4,4%, os serviços, 3,6%, e a indústria, 1,9%.

A balança comercial catarinense ampliou o déficit para US\$ 4,2 bilhões no acumulado do ano até agosto, resultado de exportações de US\$ 6,3 bilhões e de importações de US\$ 10,5 bilhões. O valor das exportações no período cresceu 5,8%, mas, o valor das importações cresceu 10,4%.

O mercado de trabalho em Santa Catarina continua com um desempenho superior ao nacional, tanto no acumulado do ano até julho, como nos doze meses encerrados em julho, quando comparados com o mesmo período anterior. Na série anual, observa-se uma sensível tendência de desaceleração na taxa de crescimento do emprego no

Estado, que atingiu 3,5% em julho, na mesma comparação. O setor de serviço gerou 51,6% dos novos postos de emprego no Estado, enquanto o comércio gerou 20,4%.

De forma geral, observa-se que o desempenho do setor de serviços, especialmente do comércio e transportes, da construção civil e o da agricultura, foram os que mais contribuíram para o crescimento do PIB estadual.

Apesar do desempenho moderado da economia, o crescimento nominal da receita tributária estadual foi 12,7% nos últimos doze meses, até julho.

Diante do crescimento das despesas públicas e das crescentes demandas sociais por serviços públicos, este contexto de crescimento de arrecadação situa-se aquém das necessidades do Estado, exigindo esforços adicionais de adequação.

O desenvolvimento do Estado diante da competição globalizada entre empresas está cada vez mais dependente de avanços tecnológicos. Para manterem-se competitivas, as empresas catarinenses requerem constantes investimentos em infraestrutura e logística, especialmente no setor energético, de transportes e saneamento. Da mesma forma, as demandas sociais para melhorias nos segmentos da segurança pública, educação e saúde são desafios que exigem esforços de gestão e de investimentos que cobram ações para melhorar a capacidade financeira do Estado.

Para suprir o déficit de infraestrutura e aumentar a oferta de serviços públicos, o estado de Santa Catarina tem recorrido a financiamentos, que estão sendo captados principalmente no BNDES e no Banco do Brasil, conforme já destacados anteriormente.

Por fim, cumpre-nos informar a Vossa Excelência que o Art. 35 do ADCT determina que o Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina até três meses antes do encerramento do exercício financeiro, ou seja, até 30 de setembro.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 261/2014

Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus fundos e seus órgãos e as entidades da administração estadual direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos, as entidades, os fundos e as fundações da administração estadual direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público, vinculados à Seguridade Social; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social, com direito a voto.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A receita orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), abrangendo:

I - R\$ 22.066.455.496,00 (vinte e dois bilhões, sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reais), do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 2.749.993.992,00 (dois bilhões, setecentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e três mil e novecentos e noventa e dois reais), do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, de contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas no Anexo Único desta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS
Recursos de Todas as Fontes

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1. - RECEITA DO TESOUREO		
1.1 - RECEITAS CORRENTES	25.964.315.309	104,63
1.1.1 - Receitas Tributárias	20.773.639.626	83,71
1.1.2 - Receita Patrimonial	430.082.807	1,73
1.1.3 - Receita de Serviços	114.851	0,00
1.1.4 - Transferências Correntes	4.537.765.009	18,29
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	222.713.016	0,90
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.624.855.462	10,57
1.2.1 - Operações de Crédito	2.624.855.462	10,58
1.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.442.681.025	-34,02
1.3.1 - Deduções da Receita Tributária	-7.991.194.325	-32,20
1.3.2 - Transferências Correntes	-381.163.255	-1,54
1.3.3 - Outras Deduções	-70.323.445	-0,28
TOTAL DA RECEITA DO TESOUREO	20.146.489.746	81,18
2. - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
2.1 - RECEITAS CORRENTES	3.442.523.330	13,87
2.1.1 - Receita de Contribuições	602.911.418	2,43
2.1.2 - Receita Patrimonial	113.672.669	0,46
2.1.3 - Receita Agropecuária	2.369.305	0,01
2.1.4 - Receita Industrial	11.031.075	0,04
2.1.5 - Receita de Serviços	486.018.540	1,96
2.1.6 - Transferências Correntes	1.880.021.417	7,58
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	346.498.906	1,40
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	157.348.959	0,63
2.2.1 - Alienação de Bens	49.753.820	0,20
2.2.2 - Amortização de Empréstimos	45.696.222	0,18
2.2.3 - Transferências de Capital	61.898.917	0,25
2.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-173.809.439	-0,70
2.3.1 - Dedução da Receita de Contribuições	-280.373	0,00
2.3.2 - Dedução da Receita Patrimonial	-163.910	0,00
2.3.3 - Dedução da Receita Industrial	-95	0,00
2.3.4 - Dedução da Receita de Serviços	-698	0,00
2.3.5 - Transferências Correntes	-172.385.431	-0,69
2.3.6 - Outras Deduções	-978.932	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES	3.426.062.850	13,80
3. - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		
3.1 - RECEITAS CORRENTES	1.243.007.176	5,00
3.1.1 - Receita de Contribuições	955.384.248	3,85
3.1.2 - Receita Patrimonial	1.323.823	0,01
3.1.3 - Receita Industrial	5.398.000	0,02
3.1.4 - Receita de Serviços	194.904.120	0,79
3.1.5 - Outras Receitas Correntes	85.996.985	0,35
3.2 - RECEITAS DE CAPITAL	889.716	0,00
3.2.1 - Outras Receitas de Capital	889.716	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.243.896.892	5,01
TOTAL	24.816.449.488	100,00

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I

Da Despesa Total

Art. 4º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 24.816.449.488,00 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e oito reais), desdobrada segundo os orçamentos, as categorias econômicas e os grupos de despesas a seguir especificados:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE DESPESA

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
1 - Despesas Correntes	19.651.387.796	79,19
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.758.403.899	47,38
1.2 - Juros e Encargos da Dívida	848.726.350	3,42
1.3 - Outras Despesas Correntes	7.044.257.547	28,39
2 - Despesas de Capital	5.059.277.406	20,38
2.1 - Investimentos	4.258.680.560	17,16
2.2 - Inversões Financeiras	47.813.016	0,19
2.3 - Amortização da Dívida	752.783.830	3,03
3 - Reserva de Contingência	105.784.286	0,43
3.1 - Reserva de Contingência	105.784.286	0,43
TOTAL	24.816.449.488	100,00

Seção II

Da Distribuição da Despesa por Órgão/Unidade Orçamentária

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previstos neste

Título, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
Recursos de Todas as Fontes

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
1. Administração Direta			
1.1 Assembleia Legislativa do Estado	536.505.076	27.203.136	563.708.212
1.2 Tribunal de Contas do Estado	200.118.337	10.012.684	210.131.021
1.3 Tribunal de Justiça do Estado	1.593.540.000	56.155.474	1.649.695.474
1.4 Fundo de Reparelhamento da Justiça	7.000.000	190.000.000	197.000.000
1.5 Ministério Público	529.655.910	23.584.093	553.240.003
1.6 Fundo para Reconstituição de Bens Lesados		5.464.623	5.464.623
1.7 Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	2.539.884	160.116	2.700.000
1.8 Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público	1.398.101	32.291.564	33.689.665
1.9 Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	36.450.000		36.450.000
1.10 Fundo de Melhoria da Polícia Civil	497.029.277		497.029.277
1.11 Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	260.261.406		260.261.406
1.12 Fundo para Melhoria da Segurança Pública	299.189.565	41.042.481	340.232.046
1.13 Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.048.141.395	2.712.041	1.050.853.436
1.14 Secretaria de Estado do Planejamento	12.227.377		12.227.377
1.15 Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	65.357.539	16.000.000	81.357.539
1.16 Fundo Estadual de Incentivo à Cultura		29.603.011	29.603.011
1.17 Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo		49.588.352	49.588.352
1.18 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte		39.470.682	39.470.682
1.19 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	57.793.249	15.506.593	73.299.842
1.20 Fundo Estadual de Assistência Social	46.392.465	24.384.294	70.776.759
1.21 Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	51.600		51.600
1.22 Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	430.000		430.000
1.23 Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECEP	20.300.301		20.300.301
1.24 Fundo para a Infância e Adolescência	820.000	1.338.704	2.158.704
1.25 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	16.019.447		16.019.447
1.26 Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.074.613	1.019.912	2.094.525
1.27 Fundo Estadual de Recursos Hídricos	19.740.697	103.891	19.844.588
1.28 Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	2.427.392		2.427.392
1.29 Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	9.370.468		9.370.468
1.30 Secretaria de Estado da Casa Civil	47.625.670		47.625.670
1.31 Procuradoria-Geral do Estado	117.356.070		117.356.070
1.32 Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.432.192		4.432.192
1.33 Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	3.505.769		3.505.769

1.34	Secretaria de Estado de Comunicação	68.190.351		68.190.351
1.35	Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento		9.793.015	9.793.015
1.36	Fundo de Desenvolvimento Social		113.476.819	113.476.819
1.37	Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.078.462		5.078.462
1.38	Procuradoria-Geral Junto ao Tribunal de Contas	19.461.801		19.461.801
1.39	Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	33.210.293		33.210.293
1.40	Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina		1.162.394	1.162.394
1.41	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	76.371.610	23.324.697	99.696.307
1.42	Fundo Estadual de Sanidade Animal	1.997.037		1.997.037
1.43	Secretaria de Estado da Educação	3.222.612.260	45.313.531	3.267.925.791
1.44	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC		59.343.294	59.343.294
1.45	Fundo Estadual de Educação - FEDUC	132.600.000		132.600.000
1.46	Secretaria de Estado da Administração	163.977.545		163.977.545
1.47	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais		120.926.473	120.926.473
1.48	Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais		469.427.470	469.427.470
1.49	Fundo Patrimonial		45.497.794	45.497.794
1.50	Fundo Estadual de Saúde	2.370.222.410	755.866.647	3.126.089.057
1.51	Secretaria de Estado da Fazenda	430.798.763		430.798.763
1.52	Encargos Gerais do Estado	1.817.952.997		1.817.952.997
1.53	Fundo Estadual de Apoio aos Municípios		100.000.000	100.000.000
1.54	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina		1.295.646	1.295.646
1.55	Fundo de Esforço Fiscal	30.500.000		30.500.000
1.56	Fundo Pró-Emprego	28.585.863	37.500.000	66.085.863
1.57	Secretaria de Estado da Infraestrutura	297.005.701	12.000.000	309.005.701
1.58	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville		1.055.069	1.055.069
1.59	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul		321.389	321.389
1.60	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba		1.058.638	1.058.638
1.61	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis		3.269.729	3.269.729
1.62	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó		1.948.139	1.948.139
1.63	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	578.780.805	42.107.351	620.888.156
1.64	Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis		333.700	333.700
1.65	Fundo Especial da Defensoria Dativa		29.149.200	29.149.200
1.66	Secretaria de Estado da Defesa Civil	242.210.000		242.210.000
1.67	Fundo Estadual da Defesa Civil	7.393.228	25.045.085	32.438.313
1.68	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	5.845.409	262.107	6.107.516
1.69	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	5.009.910	257.029	5.266.939
1.70	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	6.340.920	255.953	6.596.873

1.71	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	6.978.275	263.621	7.241.896
1.72	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	8.207.086	250.000	8.457.086
1.73	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	6.685.327	274.416	6.959.743
1.74	Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000
1.75	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	8.271.825	402.119	8.673.944
1.76	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	8.880.015	264.024	9.144.039
1.77	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	6.397.721	252.892	6.650.613
1.78	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	22.493.326	509.753	23.003.079
1.79	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	12.047.648	411.569	12.459.217
1.80	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	8.838.407	403.800	9.242.207
1.81	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	11.917.141	417.791	12.334.932
1.82	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	7.607.381	421.524	8.028.905
1.83	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	7.197.143	410.762	7.607.905
1.84	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	8.858.042	423.744	9.281.786
1.85	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	7.490.831	410.897	7.901.728
1.86	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	9.706.115	406.424	10.112.539
1.87	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	9.163.873	284.809	9.448.682
1.88	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	10.295.286	252.758	10.548.044
1.89	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	15.821.103	501.244	16.322.347
1.90	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	11.815.044	1.319.905	13.134.949
1.91	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	17.894.353	500.000	18.394.353
1.92	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	34.823.739	829.697	35.653.436
1.93	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	13.725.136	417.926	14.143.062
1.94	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	14.460.270	400.504	14.860.774
1.95	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	19.591.151	524.921	20.116.072
1.96	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	13.691.880	433.194	14.125.074
1.97	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	26.800.467	807.265	27.607.732

1.98	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	12.379.197	404.170	12.783.367
1.99	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	14.567.210	422.701	14.989.911
1.100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	9.673.553	428.990	10.102.543
1.101	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	13.627.595	530.571	14.158.166
1.102	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	6.744.182	271.558	7.015.740
1.103	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	7.781.276	262.175	8.043.451
1.104	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	6.658.030	252.859	6.910.889
2. Autarquia				
2.1	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina		21.383.748	21.383.748
2.2	Instituto de Metrologia de Santa Catarina	1.638.968	27.252.824	28.891.792
2.3	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	3.025.438	550.000	3.575.438
2.4	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	5.346.223		5.346.223
2.5	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	64.733.146	6.614.201	71.347.347
2.6	Fundo Previdenciário		107.522.836	107.522.836
2.7	Fundo Financeiro	1.834.700.000	1.524.175.212	3.358.875.212
2.8	Departamento de Transportes e Terminais		28.658.012	28.658.012
2.9	Departamento Estadual de Infraestrutura	1.621.629.554	147.850.157	1.769.479.711
2.10	Administração do Porto de São Francisco do Sul		44.516.333	44.516.333
3. Empresa Estatal Dependente				
3.1	Santa Catarina Turismo S.A.	6.200.000	18.000.000	24.200.000
3.2	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.	13.199.414	10.669.230	23.868.644
3.3	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	157.171.925	35.697.773	192.869.698
3.4	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	350.017.987	22.638.893	372.656.880
4. Fundação				
4.1	Fundação Catarinense de Esporte	4.606.904	23.142.354	27.749.258
4.2	Fundação Catarinense de Cultura	12.185.919	25.955.398	38.141.317
4.3	Fundação do Meio Ambiente	19.094.987	54.025.498	73.120.485
4.4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	136.835.320	26.092.564	162.927.884
4.5	Fundação Catarinense de Educação Especial	194.700.000	32.136.566	226.836.566
4.6	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	336.150.000	32.008.133	368.158.133
4.7	Fundação Escola de Governo - ENA	2.265.168	1.068.607	3.333.775
TOTAL		20.146.489.746	4.669.959.742	24.816.449.488

Seção III

Da Aplicação de Recursos Públicos em Ações e Serviços Públicos de Saúde e na Manutenção e no Desenvolvimento do Sistema de Ensino
 Art. 6º O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1.998.716.562,00 (um bilhão, novecentos

e noventa e oito milhões, setecentos e dezesseis mil e quinhentos e sessenta e dois reais), que corresponde a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República)

Em R\$ 1,00

1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	16.655.971.350
1.1 - Impostos	15.001.942.055
ITBI	399
IRRF	919.609.391
IPVA	774.237.108
ITCMD	151.506.605
ICMS - Estadual	13.156.588.552
1.2 - Transferências Federais	1.535.540.104
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	222.165.710
Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	65.216.707
Cota - Parte FPE - Linha Estado	1.248.157.687
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	95.735.344
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	12.369.992
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	10.383.855
2. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12%
3. VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.998.716.562
4. PERCENTUAL FIXADO	12,00%
5. TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.998.716.562
5.1.1 - Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.998.716.562
5.1.1.1 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD - (Fonte 0.100)	1.998.716.562

Art. 7º O Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do seu sistema de ensino a importância de R\$ 4.500.193.838,00 (quatro bilhões, quinhentos milhões, cento e noventa e três mil e oitocentos e trinta e oito reais), proveniente da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO
(Art. 167 da Constituição do Estado)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	16.655.971.350
1.1 - Impostos	15.001.942.055
ITBI	399
IRRF	919.609.391
IPVA	774.237.108
ITCMD	151.506.605
ICMS - Estadual	13.156.588.552
1.2 - Transferências Federais	1.535.540.104
Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	222.165.710
Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	65.216.707
Cota - Parte FPE - Estado	1.248.157.687
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	95.735.344
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	12.369.992
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	10.383.855
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.147.272.312
2.1 - Impostos	2.816.466.453
2.1.1 - ICMS - Estadual	2.631.317.710
2.1.2 - ITCMD	30.301.321
2.1.3 - IPVA	154.847.422
2.2 - Transferências Federais	307.108.021
2.2.1 - Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	44.433.142
2.2.2 - Transferências Financeiras - LC nº 87/96 (Lei Kandir)	13.043.341
2.2.3 - Cota - Parte FPE - Estado	249.631.537
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	19.147.069
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	2.473.998
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	2.076.771
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	4.163.992.838
5. PERCENTUAL FIXADO	27,02%
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	4.500.193.838
6.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	2.755.827.713
6.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	848.117.998
6.1.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	1.901.346.715
6.1.3 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 7100)	6.363.000
6.2 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	284.923.814
6.2.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	127.090.528
6.2.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	157.833.286
6.3 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	336.150.000
6.3.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	336.150.000
6.4 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE	189.200.000
6.4.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	35.200.000
6.4.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	154.000.000
6.5 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	934.092.311

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos suplementares até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias a que se refere o inciso I do § 8º do art. 120 da Constituição do Estado, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir créditos adicionais à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - abrir créditos adicionais, durante o exercício financeiro, exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e precatórios judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias consignadas à outra unidade orçamentária;

V - abrir créditos adicionais à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício financeiro de 2015;

VI - designar o titular da Secretaria de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Planejamento Orçamentário, para remanejar, por portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de uma unidade orçamentária ou de um mesmo órgão;

VII - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

VIII - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

§ 1º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, observando as normas constitucionais e legais, poderá, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária:

I - modificar as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesas, o elemento de despesa dentro da mesma subação, bem como a modalidade de aplicação e o Identificador de Uso Iduso das destinações de recursos; e

II - remanejar dotações orçamentárias entre subações da mesma unidade orçamentária exclusivamente para despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, serviços da dívida, plano de saúde dos servidores públicos do Estado e precatórios judiciais.

§ 2º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I do caput deste artigo os créditos suplementares para atender a:

I - despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais, auxílio-alimentação, pensões especiais, planos de previdência e saúde dos servidores do Estado, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas; e

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive de fundos.

TÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I

DA DESPESA

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante do Anexo Único desta Lei, é fixada em R\$ 2.236.242.540,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais), conforme o seguinte desdobramento:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Em R\$ 1,00

EMPRESAS	VALOR
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	19.258.566
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.	19.258.566
Gabinete do Governador do Estado	2.206.364.945
CELESC Geração S.A.	233.640.000
CELESC Distribuição S.A.	489.821.457
SC Participações e Parcerias S.A.	33.858.845
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.	781.304.716
SCPar Porto de Imbituba S.A.	120.900.000
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.	10.665.529
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	536.174.398
Secretaria de Estado da Fazenda	10.619.029
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.	10.619.029
TOTAL	2.236.242.540

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 10. As fontes de financiamento para a cobertura das despesas fixadas no art. 9º desta Lei, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos de operações de crédito internas e

externas, vedado o endividamento com empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita não estimada e de recursos de outras fontes, apresentam o seguinte desdobramento:

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Geração Própria	1.179.859.201
6.1.10 Recursos do orçamento de investimento - geração própria	1.179.859.201
Receita para Aumento do Patrimônio Líquido	67.400.000
6.2.10 Recursos para aumento do patrimônio líquido - tesouro	2.500.000
6.2.20 Recursos para aumento do patrimônio líquido - demais	64.900.000
Operações de Crédito de Longo Prazo	589.893.213
6.3.10 Operações de crédito de longo prazo - interna	397.578.235
6.3.20 Operações de crédito de longo prazo - externa	192.314.978
Recurso de Outras Fontes	399.090.126
6.9.90 Outros recursos de longo prazo - outras fontes	399.090.126
TOTAL	2.236.242.540

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares, até o limite de ¼ (um quarto) das dotações orçamentárias, mediante a geração adicional de recursos ou a anulação parcial de dotações orçamentárias;

II - realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, previstos nesta Lei, estiver relacionada com empresas estatais; e

III - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as subações já estiverem programadas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para a implementação das ações previstas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, a execução orçamentária poderá ser processada mediante a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades constantes desta Lei e de suas alterações, na forma dos

procedimentos previstos na Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.
Florianópolis,

NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça, no exercício do cargo de Governador do Estado

(O Anexo do PI261.9/2014 encontra-se disponível no site da ALESC.)

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0262.0/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários das Creches Municipais de Ascurra.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários das Creches Municipais de Ascurra, com sede no Município de Ascurra.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 07/10/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Funcionários das Creches Municipais de Ascurra.

A entidade tem como finalidade apoiar e desenvolver ações que visam ao alcance social, na aproximação e cooperação entre pais e funcionários, de modo a interessar os membros da comunidade pelas atividades das creches municipais e pelas atividades comunitárias; promover e estimular ações que visem à assistência a pessoas carentes, dentre outras finalidades constituídas em seu Estatuto, gerando oportunidades e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0263.0/2014

Assegura o direito a realização de segunda chamada em testes de aptidão física e provas análogas aos candidatos que em razão de circunstâncias fisiológicas ou casos de força maior não puderem realizá-los na data aprazada no edital, nos concursos públicos realizados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica assegurado o direito a realização de segunda chamada em testes de aptidão física e provas análogas, aos candidatos que em razão de circunstâncias fisiológicas ou casos de força maior não puderem realizá-los na data aprazada no edital, nos concursos públicos realizados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, aditando normas complementares necessárias à execução e fiscalização desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/14

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento o presente projeto de lei que tem por escopo assegurar o direito a realização de segunda chamada em testes de aptidão física e provas análogas aos candidatos que, em razão de circunstâncias fisiológicas ou casos de força maior, não puderem realizá-las na data aprazada no edital, nos concursos públicos realizados no âmbito do Estado de Santa Catarina que prevêem os referidos exames.

Prefacialmente frisa-se que a presente proposição está em consonância com os ditames constitucionais, haja vista que cabe a União, os Estados e o Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Direito Administrativo.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal, em sede de Recurso Extraordinário onde foi reconhecida a repercussão geral (RE 630733 DF), reconheceu a inexistência ao direito de remarcação de testes de aptidão física em concursos públicos alegando que não há direito líquido e certo dos candidatos em realizar teste de aptidão física em segunda chamada, salvo se essa previsão constar do edital do concurso público.

Isso gerou um "efeito cascata" em todas as instâncias do Poder Judiciário e uma grande consternação aos candidatos aptos a realizarem as provas físicas.

O objetivo deste projeto é garantir ao postulante a cargo público o direito de poder realizar, em sede de segunda chamada, provas de capacidade física, que são exigidas principalmente em concursos na área da segurança pública, quando não puderem realizá-las na data marcada pelo edital.

O acometimento de doença ou a ocorrência de casos de força maior que impeçam a realização da prova na data marcada são circunstâncias que fogem ao controle do candidato, haja vista que são casos totalmente imprevisíveis.

Assim, o projeto em tela visa garantir a isonomia e a segurança jurídica aos candidatos que, após dispêndio de tempo e de dinheiro foram aprovados na primeira etapa do certame e, devido a algum infortúnio não puderam realizar as provas de capacidade física, sendo eliminados de forma injusta do concurso.

Portanto, é em prol dos postulantes a cargos públicos no Estado de Santa Catarina que peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0264.1/2014.

"Altera a Lei nº 10.792, de 13 de julho de 1998".

Art. 1º. O Art. 1º e Art. 3º, da Lei nº 10.792, de 13 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. As empresas privadas e públicas que explorem o ramo de estacionamento de veículos no Estado de Santa Catarina, obedecerão as seguintes regras:

I - gratuidade na ocupação de vagas nos primeiros 15 (quinze) minutos;

II - o valor monetário do tempo de permanência após o previsto no inciso I, será determinado por fração de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo Único. Aplica-se as regras previstas neste Artigo, aos estacionamentos de veículos em locais pertencentes a iniciativa privada ou pública.

Art. 2º.....

Art. 3º. A aplicação das disposições previstas nesta Lei, deverá garantir a reserva de vagas para os veículos automotores que estejam transportando ou sendo conduzidos por pessoas portadoras de deficiência física e por pessoas idosas, nos termos do art. 41 da Lei Federal Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

.....

Art. 2º. Acrescenta-se o Art. 4º-A, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º-A. O descumprimento das regras previstas nesta lei, sujeitará à sanção prevista no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/14

JUSTIFICATIVA:

Senhor Deputado PRESIDENTE
Senhoras e Senhores DEPUTADOS,
Membros deste Poder Legislativo.

A presente alteração objetiva criar regras de uso de estacionamentos de veículos no Estado de Santa Catarina exploradas por empresas privadas e públicas.

No intuito de fazer valer o espírito protecionista do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor é resultado da previsão feita pelo Poder Constituinte Originário de 1988, que elevou o direito do consumidor a *status* de Direito Fundamental, portanto, por todo o ordenamento jurídico.

Assim, a harmonização dos interesses dos consumidores e a compatibilização da proteção dos mesmos, junto com a necessidade de desenvolvimento econômico das empresas exploradoras dos serviços de estacionamento de veículos, visa o equilíbrio nas relações de consumo.

Além disso, a inclusão do benefício aos idosos contido no art. 3º, é medida urgente, atendendo previsão no Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741, de 2003.

Sala das Sessões, em

Deputado GILMAR KNAESEL.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2014
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Gabinete do Defensor Público-Geral

MENSAGEM Nº 002/2014**EXCELENTÍSSIMOS SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**

Nos termos do art. 134, § 4º, combinado com o artigo 96, inciso II, ambos da Carta da República, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos elaborada pela Consultoria Jurídica da DPE, o projeto de lei complementar que altera os artigos 1º, 16, 23, 25 e 54 da Lei Complementar nº 575/2012.

Como consta da anexa exposição de motivos, a aprovação do projeto representará a possibilidade de o Conselho Superior da DPE, nos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, fixar os valores das verbas indenizatórias dos seus membros, funcionários e servidores, bem como a gratificação pela participação, de caráter pessoal e eventual, em comissões obrigatórias por lei, como a de licitações e de concurso, bem assim pelos plantões e substituições.

Em face da relevância da matéria, à analogia do que assegura o artigo 53 da Constituição Estadual privativamente ao Chefe do Poder Executivo, solicitamos a tramitação em regime de **urgência**, tendo em vista que o assunto cinge-se da mais alta importância para a população hipossuficiente do estado, que necessita ter ampliado os serviços de assistência jurídica pela Defensoria Pública. Atualmente, a Defensoria está impedida de designar defensores públicos para a substituição de ofícios vacantes e para atuarem em regime de plantão, devido à ausência de previsão legal para o pagamento dessas atividades, consideradas de natureza extraordinária em relação a jornada do Defensor Público, que é de 40 horas semanais.

Respeitosamente.

Florianópolis, 29 de julho de 2014.

IVAN RANZOLIN

Defensor Público-Geral do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/14

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2014

Senhores Deputados, o presente projeto tem por finalidade a aprovação de lei complementar que altera os artigos 1º, 16, 23, 25 e 54 da Lei Complementar nº 575/2012, com a seguinte redação:

LEI COMPLEMENTAR Nº

Altera a Lei Complementar nº 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 6º da Lei Complementar nº 575, de 02 de agosto de 2012, tem a sua redação do seu inciso VII alterada e fica acrescido do inciso VIII, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

(...)

VII - propor ao Poder Legislativo Estadual, observado o disposto no § 4º do art. 134 e no art. 169 da Constituição Federal:

a) a alteração do número de membros de cada categoria da carreira;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e servidores, e;

c) a alteração da organização da Defensoria Pública e da distribuição dos seus Núcleos Regionais.

VIII - exercer outras competências decorrentes de sua autonomia.

Art. 2º. O art. 16 da Lei Complementar nº 575, de 02 de agosto de 2012, fica acrescido dos incisos XVIII e XIX, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16.

(...)

XVIII - fixar o valor do auxílio-alimentação dos seus órgãos e servidores, respeitados os limites orçamentários, nos termos do art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

XIX - fixar o valor das gratificações devidas em decorrência da participação dos seus membros, funcionários e servidores em comissões obrigatórias por força de lei, de caráter eventual e transitórios.

Art. 3º. O art. 23 da Lei Complementar nº 575, de 02 de agosto de 2012, tem a redação do seu §1º alterada, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23.

(...)

§ 1º Os cargos referidos neste artigo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, exceto as gratificações por exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, aquelas consideradas de natureza extraordinária, como participação em comissão legalmente obrigatória, de caráter pessoal e eventual, e verbas de caráter indenizatório.

(...)

Art. 4º. O art. 25 da Lei Complementar nº 575, de 02 de agosto de 2012, tem a redação do seu §2º alterada, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. A carreira de Defensor Público é composta das seguintes categorias:

(...)

§ 2º Os Defensores Públicos serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória exceto as gratificações por exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, aquelas consideradas de natureza extraordinária, como a participação em comissão legalmente obrigatória, de caráter pessoal e eventual, e verbas de caráter indenizatório.

Art. 5º. O art. 54 da Lei Complementar nº 575, de 02 de agosto de 2012, tem a redação do seu §2º alterada, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54.

(...)

§ 2º Na hipótese do caput deste artigo, os ocupantes dos cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral da Defensoria Pública perceberão subsídio equivalente ao subsídio do Defensor Público de primeira categoria.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Respeitosamente.

Florianópolis, 29 de julho de 2014.

IVAN RANZOLIN

Defensor Público-Geral

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

DPE-EM nº 009-2014 Florianópolis, 29 de julho de 2014

Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais e**Senhor Governador do Estado****EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Senhores Deputados,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que pretende a alteração dos artigos 6º, 16, 23, 25 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 575/2012.

A Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE), criada pela Lei Complementar nº. 575, de 2012, vem desempenhando sua atribuição constitucional de ofertar orientação e proteção jurídica às pessoas necessitadas em todo o território catarinense.

O presente projeto, dando prosseguimento às iniciativas voltadas para a observância das competências institucionais da Defensoria Pública, prevê a adequação do artigo 6º da Lei Complementar 575/2012 à nova redação do artigo 134 da Carta da República, dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014.

Também o projeto tem o fito de viabilizar que a Defensoria Pública possa fixar as verbas indenizatórias dos seus membros, funcionários e servidores, dentro do limite orçamentário aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado.

O aumento da despesa decorrente da desvinculação do subsídio do Defensor Público Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor Geral do subsídio dos Secretários de Estado possui lastro no orçamento da Defensoria para o ano de 2014, sendo que para os exercícios futuros tal aumento estará presente na adequação orçamentária e financeira relativamente à Lei Orçamentária Anual, sua compatibilidade com o plano plurianual bem como o alinhamento com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Também está presente no Memorando GEFIC-018-14, de 11/07/2014, anexo.

Posto isso, aguardamos a aprovação de Vossas Excelências ao projeto e solicitamos o empenho para viabilizar as alterações legais e a criação de cargos pretendidos com a maior celeridade possível.

Respeitosamente

IVAN RANZOLIN

Defensor Público-Geral

*** X X X ***